



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS**

MARIA SILVÂNIA MENEZES MEIRELES

“SUBALTERNIDADE E INVISIBILIDADE?”

Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe - as produções científicas com
foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE

São Cristóvão/SE, 2025

MARIA SILVÂNIA MENEZES MEIRELES

“SUBALTERNIDADE E INVISIBILIDADE?”

Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe - as produções científicas com
foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação
da Prof^ª. Dr^ª Nelmires Ferreira da Silva

São Cristóvão/SE, 2025

MARIA SILVÂNIA MENEZES MEIRELES

“SUBALTERNIDADE E INVISIBILIDADE?”

Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe - as produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr^a Nelmiros Ferreira da Silva

DATA DE APROVAÇÃO: 04/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Nelmiros Ferreira da Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Sergipe / UFS

Olívia Irine Reis Souto (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Sergipe / UFS

Juliane dos Santos (Examinadora Externa)

Assistente Social na Política de Assistência e Saúde

Prof^a Dr^a Aline Ferreira da Silva Costa (Examinadora Suplente)

Universidade Federal de Sergipe / UFS

Dedico este trabalho à minha avó Cecília (*in memoriam*), que sempre acreditou em mim e apoiou os meus estudos. Partiu poucos dias antes do início da minha jornada acadêmica, mas sua presença e amor permanecem em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos/às professores/as, especialmente aos/às docentes do Departamento de Serviço Social, pela dedicação, pelos ensinamentos e pelas contribuições essenciais à minha formação acadêmica. Em especial, à professora Nelmires, minha orientadora, pela paciência, pela escuta e pelo comprometimento ao longo deste processo.

Aos/às colegas do Curso de Serviço Social, pelo companheirismo, pelas trocas e pelo apoio ao longo dos anos de convivência e estudo. Agradeço imensamente às amigas que construí durante essa caminhada, em especial Cris, Grazi e Victoria, que caminharam comigo durante toda essa jornada acadêmica. À vocês, agradeço pela parceria, incentivo e amizade. Por todos os momentos difíceis que se tornaram fáceis, porque vocês estavam lá. Sou muito grata por ter trilhado esse caminho com vocês, pois, como diria Raul Seixas, em Prelúdio: “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade”. Obrigada por terem sonhado junto comigo.

À minha família, por todo o amor e apoio. Em especial à minha mãe Sara, e às minhas tias Ceara e Crispina, mulheres que são exemplos de força e inspiração para mim, e aos meus sobrinhos Arthur, Cecília, Luísa e Miguel e Eduarda, que enchem meus dias de alegria.

À minha namorada, Tai, por todo amor e carinho e por caminhar comigo em parte dessa jornada.

Por fim, dedico este trabalho a todas as mulheres trabalhadoras da cultura da cana-de-açúcar, cuja trajetória inspira e fundamenta esta pesquisa.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo principal investigar aspectos relacionados à dinâmica relacionada a “Subalternidade e Invisibilidade” de Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe - as produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE. Tendo como ponto de partida a contextualização e problematização, elaboramos a hipótese diretriz de que, apesar de um tema e, ou objeto demandante de pesquisa, existem lacunas no campo acadêmico em torno do trabalho científico ao investigar aspectos acerca de mulheres nas lavouras de cana-de-açúcar no estado. Outrossim, a pesquisa parte do reconhecimento histórico da centralidade do setor canavieiro na economia sergipana e da presença feminina na força de trabalho rural, frequentemente invisibilizada nos registros acadêmicos e institucionais de modo a refletir as contribuições científicas. Para fins metodológicos, realizamos leituras investigativas junto aos trabalhos realizados no curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social e outras áreas do saber, no marco temporal (2004 a 2024). Também, buscou-se identificar a ausência ou a marginalização da temática do trabalho feminino rural na zona canavieira, trazendo para o centro das investigações o município de Laranjeiras, apreendidos a partir da teoria e método materialista e dialético, o qual parte da aparência a essência, para além da pseudoconcretude (Kosik, 2008). A partir dos dados levantados e analisados, chegamos às considerações de que, apesar de inúmeros grupos de pesquisa existentes na UFS e particularmente, os seis grupos de pesquisa, núcleos de estudos e pesquisas de Pibics na área de Serviço Social e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, verificamos um grande vazio no campo do estudo articulando as categorias: Mulher, Trabalho e Setor Canavieiro, ao que, fortalece a necessidade de que novas questões de pesquisa, recorte do objeto e, ou tema que possam emergirem. Também observamos que os estudos analisados, especialmente, não deram ênfase à questão étnico-racial, particularmente no cruzamento com o trabalho nas áreas da cana-de-açúcar em Sergipe.

Palavras-Chave: Trabalho Feminino; Mulheres nos Canaviais de Laranjeiras; Cana-de-açúcar; Laranjeiras; Agroindústria Canavieira.

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) tiene como objetivo principal investigar aspectos relacionados con la dinámica vinculada a la “Subalternidad e Invisibilidad” de las Mujeres en la Agroindustria de la Caña de Azúcar en Sergipe, a partir de las producciones científicas con foco en la trabajadora del sector cañero de Laranjeiras-SE. Teniendo como punto de partida la contextualización y problematización, elaboramos la hipótesis directriz de que, a pesar de tratarse de un tema y/o objeto que demanda investigación, existen lagunas en el campo académico en torno al trabajo científico al investigar aspectos relativos a las mujeres en las plantaciones de caña de azúcar en el estado.

Asimismo, la investigación parte del reconocimiento histórico de la centralidad del sector cañero en la economía sergipana y de la presencia femenina en la fuerza de trabajo rural, frecuentemente invisibilizada en los registros académicos e institucionales, lo que repercute en las contribuciones científicas. Con fines metodológicos, se realizaron lecturas investigativas de trabajos desarrollados en los cursos de grado y posgrado en Trabajo Social y en otras áreas del saber, dentro del marco temporal comprendido entre 2004 y 2024.

Asimismo, se buscó identificar la ausencia o marginalización de la temática del trabajo femenino rural en la zona cañera, trayendo al centro de las investigaciones el municipio de Laranjeiras, aprehendido a partir de la teoría y el método materialista y dialéctico, que parte de la apariencia hacia la esencia, más allá de la pseudoconcreción (Kosik, 2008). A partir de los datos recolectados y analizados, se llegó a la consideración de que, a pesar de la existencia de numerosos grupos de investigación en la UFS y, particularmente, de seis grupos de investigación, núcleos de estudios e investigaciones de PIBIC en el área de Trabajo Social y otras áreas de las Ciencias Humanas y Sociales, se verifica un gran vacío en el campo de estudio al articular las categorías: Mujer, Trabajo y Sector Cañero, lo que refuerza la necesidad de que emerjan nuevas cuestiones de investigación, recortes del objeto y/o del tema.

También se observó que los estudios analizados, especialmente, no otorgaron énfasis a la cuestión étnico-racial, particularmente en su cruce con el trabajo en las áreas de caña de azúcar en Sergipe.

Palabras-Clave: Trabajo femenino rural; Mujeres cañeras; Caña de azúcar; Laranjeiras; Agroindustria cañera.

LISTA DE SIGLAS

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

CFB - Constituição Federal do Brasil

GBO - Guia Brasileiro de Ocupações

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

EFPTRG - Grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

EPIS - Equipamentos de Proteção

FAESE - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GETEQ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social

GTP - Grupo Temático de Pesquisa

GEPSSO - Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais

GEPEH - Grupo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento Humano

GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas

GEPS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

NEPMASS - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Marxismo e Serviço Social

MMHD - Método Materialista Histórico-Dialético

MTP/SE - Ministério Público do Trabalho em Sergipe

CPT - Comissão Pastoral da Terra

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho

PROSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TEC - Trabalho Escravo Contemporâneo

UFS - Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01: Dados referente à remuneração mensal de mulheres brancas e negras nos municípios de Capela e Laranjeiras.....	30
Quadro 01: Teses, Dissertações, Monografias e Artigos selecionados para análise.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da Região do Vale do Cotinguiba.....	36
Figura 02: Mapa da Cidade de Laranjeiras.....	38
Figura 03: Instalações da Usina São José do Pinheiro.....	41
Figura 04: Beneficiários/as do Programa Mão Amiga - Cana-de-Açúcar, em Laranjeiras.....	43
Figura 05: Beneficiários/as do Programa Mão Amiga - Cana-de-Açúcar, em Laranjeiras.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA E AS REPRODUÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA MULHER NO SETOR CANAVIEIRO DO BRASIL.....	22
2.1 A lógica do capital e a produção da superexploração.....	22
2.2 Brasil Contemporâneo e a mulher pobre e negra no mercado de trabalho canavieiro..	25
2.3 A realidade da superexploração do trabalho no nordeste: o cenário da mulher no setor canavieiro.....	32
3. MULHERES NA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SERGIPE: produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE (2004-2024).....	35
3.1 Setor Canavieiro em Sergipe: Mulheres em trabalhos precários e dados (in) visibilizados.....	35
3.2 Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe e as produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

A partir do título deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), “Subalternidade e Invisibilidade?”, estabelece-se um diálogo com o ensaio “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak (1988), cuja provocação teórica orienta a análise aqui proposta. Inspirado por essa reflexão, o estudo investiga os processos de invisibilização da trabalhadora do setor canavieiro na produção científica desenvolvida nos cursos de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, da Universidade Federal de Sergipe. Logo, importa situar aspectos da sociedade salarial e as implicações no setor laboral da atividade da cana-de-açúcar no recorte de gênero, classe e etnia, localizando a mulher no atual cenário.

A trajetória do trabalho no Brasil, seja na área urbana ou rural, é marcada por uma estrutura de extrema exploração que vem desde o período colonial e persiste até os dias de hoje. Outrossim, configura-se séculos de um processo de formação sócio-histórico marcado pelo latifúndio, exploração e escravidão imerso no modo *suis generis* do capitalismo tardio, relações modernas e arcaicas de produção (Fernandes, 2000).

No tocante ao trabalho feminino, as mulheres - principalmente mulheres negras e indígenas - sempre ocuparam posições extremamente vulneráveis, sujeitas a salários mais baixos, relações e condições de trabalho degradantes. No meio rural, especificamente nas plantações de cana-de-açúcar, essa exploração ganha proporções ainda maiores, para além da questão do gênero, a questão étnico-racial é um fator que condiciona mulheres pretas e pardas a estarem ocupando os postos de trabalho mais precarizados. Nesse sentido,

[...] o que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc (Gonzalez, 2020, p. 46).

Outro aspecto a ser considerado na conjuntura do trabalho no setor canavieiro brasileiro, fortemente marcado pelas condições precárias, é a alta incidência de trabalho análogo à escravidão, principalmente em atividades como o corte de cana, mesmo com a taxa tendencial de utilização da mecanização e tecnologias de ponta no setor. A crescente terceirização, volatilização e uberização do trabalho e os baixíssimos salários aviltantes no setor de produção, intensificaram as relações e condições de trabalho no nível de

superexploração, causando exaustão, adoecimento e morte de trabalhadores/as. Importa sinalizar a taxa de queda do número de trabalhadores/as diretos/as no corte da cana, devido à automação, e a falta de políticas eficazes para garantir condições dignas e direitos, como a proteção e o fornecimento de Equipamentos de Proteção (EPIs).

Relatórios de Organizações Não Governamentais (ONGs) de alcance internacional e trabalhos científicos na literatura internacional apontam grande preocupação com as condições trabalhistas na atividade canavieira brasileira, sob alegação de um contingente expressivo de trabalhadores/as em condições desumanas, muitos em regime análogos à escravidão. Trabalhos como os de McGrath (2013) e Schneider (2010) repercutem as infrações resultantes das recentes atividades fiscalizatórias coordenadas pelo governo brasileiro, sugerindo um número elevado e generalizado de autuações trabalhistas na atividade canavieira. Hall et al. (2009) e Martinelli e Filoso (2008) associam tais irregularidades à rápida expansão do setor, sobretudo em decorrência do aumento da demanda por biocombustíveis, e sugerem participação e intervenção estatal mais efetiva no setor.

Diante desse cenário de precarização e das transformações estruturais resultantes da expansão do setor sucroenergético, torna-se relevante observar também as mudanças ocorridas no perfil e na quantidade da força de trabalho empregada na atividade canavieira ao longo dos últimos anos do final do século XX e atualmente, XXI. Este setor absorve predominantemente homens e jovens, e nas últimas décadas tem absorvido parte do exército de reserva feminino. Contudo, nota-se a partir de 2009, a diminuição gradual no número de trabalhadores/as do cultivo da cana-de-açúcar nas duas principais regiões produtoras do país, Nordeste e Sudeste. Outrossim:

Ao comparar o ano de 2008 até ao de 2018, vê-se que: 1) a maior redução ocorreu no Sudeste em percentuais de 37,85% para os homens e de 43,99% para as mulheres; 2) entre os gêneros, o feminino foi o mais afetado, já que há um corte de 29,46% e 43,99%, quando comparado ao masculino (28,42% e 37,85%), respectivamente nas regiões Nordeste e Sudeste (Cardoso; Shimada, 2021, p. 90).

O que também ecoou na relação trabalho-gênero, na medida que o imperativo da produtividade impulsionou as usinas a optarem por um perfil de empregado que possuísse características físicas capazes de garantir maior produtividade, ou seja, homens, preferencialmente jovens. “São esses [homens jovens] os que se adequam mais facilmente às exigências de aumento da produtividade *per capita*, já que o complemento do rendimento advém do ganho por tonelada de cana colhida” (Santos, 2014, p. 60).

Em Sergipe, a situação é levemente distinta da realidade nordestina. Desse modo:

No estado, houve um crescimento vertiginoso de trabalhadoras no cultivo da cana-de-açúcar: em quatro anos (2008-2011), a soma de trabalhadoras quadruplicou, ou seja, não houve contração gradativa como na situação do Nordeste. Pelo contrário, ocorreram oscilações ascendentes e descendentes que culminaram na abrupta queda de 60,87% entre os anos de 2014-2015, biênio que marca o aprofundamento da crise sucroalcooleira nacionalmente (Cardoso; Shimada, 2021, p. 91).

Esses movimentos não são casuais, mas sim revelam como as relações de classe, imersas em uma lógica de exploração, são tensionadas em períodos de crise. Em reação, o capital utiliza-se das construções sociais sobre o gênero feminino como instrumento de justificação para excluí-las do mercado, desviando as atenções da contradição capital-trabalho (Saffioti, 2013). Com isso, as oscilações na presença ou na ausência do trabalho feminino estão diretamente relacionadas às necessidades do capital, que ora as integra, ora as exclui, ou mesmo as invisibiliza.

Essa dinâmica das oscilações na presença e exclusão do trabalho feminino, que reflete diretamente as necessidades do capital, se manifesta também no modo como os dados sobre o trabalho precário das mulheres são tratados na esfera pública e acadêmica. Apesar de uma realidade concreta e exponencializada de dados reais, muitas das estatísticas aparecem em jornais escritos e televisivos, e logo desaparecem das mídias sem contudo serem apropriadas por pesquisadores/as e estudiosos/as para qualificar as informações. Mesmo em produções monográficas, Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações de Mestrados e Teses de Doutorado nas áreas das ciências sociais, humanidades e afins, a realidade em volta do trabalho precário da mulher no setor da cana-de-açúcar tem pouca expressão.

Logo, importa resgatar aspectos que mostram o trabalho feminino no âmbito rural que, mesmo central para a reprodução social e econômica de diversas regiões do Brasil, inclusive da região Nordeste, com destaque para o Estado de Sergipe, permanece invisibilizado nas produções acadêmicas, sobretudo quando se trata de atividades inseridas em cadeias produtivas historicamente marcadas pela exploração e por estruturas patriarcais, como é o caso do setor canavieiro. Essa invisibilidade não é um dado natural, mas resultado de processos históricos de apagamento que atravessam tanto o campo das práticas sociais quanto o da produção do conhecimento.

Jornais, reportagens televisivas, artigos escritos e outros canais de comunicação frequentemente trazem informações sobre o trabalho nos canaviais. No entanto, essas abordagens, embora presentes, raramente refletem a realidade cotidiana de forma rigorosa,

frequentemente naturalizando as condições de trabalho. Este estudo surge como uma tentativa de explorar e problematizar a realidade das mulheres trabalhadoras nos canaviais de Sergipe. Nesse contexto, é importante destacar que o setor canavieiro desempenha um papel central na história econômica e social do estado, consolidando-se como uma das principais atividades agrícolas da região. Sua importância para a formação da economia sergipana é expressiva, pois impulsionou a ocupação do território, a construção de engenhos e, posteriormente, de usinas, com destaque para a região do Vale do Cotinguiba.

Entre os municípios de Sergipe na região do Vale do Cotinguiba, região histórica do cultivo da cana-de-açúcar, importa destacar o município de Laranjeiras, no qual esta cultura produtiva de monocultura desempenha um papel estrutural na dinâmica das relações socioeconômicas locais desde o período colonial. Mesmo diante da centralidade desse setor, as mulheres trabalhadoras canavieiras têm sido historicamente marginalizadas não apenas nas práticas institucionais e políticas públicas, mas também na esfera da pesquisa acadêmica.

Desse modo, quando associados ao debate de gênero e raça, os aspectos mencionados configuram-se como elementos capazes de suscitar questões de pesquisa que ampliem a compreensão sobre o trabalho das mulheres no setor canavieiro e revelem expressões da questão social.

No âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), única instituição pública de ensino superior do estado, observa-se que, entre os anos de 2004 e 2024, o município tem sido alvo de estudos, pesquisa e produção de conhecimento em diversas áreas, frente aos interesses dos estudantes da Universidade, resultando em uma produção científica considerável, porém, pouco se produziu sobre o setor canavieiro da cidade de Laranjeiras, com ênfase para o trabalho realizado por mulheres e homens desse segmento. Portanto, o que se propõe aqui é uma crítica à marginalização de temáticas que são essenciais para entender a base econômica e social do município, como é o caso do setor canavieiro e do trabalho rural que o sustenta. Trata-se de um setor que historicamente configura-se como o pilar econômico da região, sustentado pelo trabalho árduo de homens e mulheres que compõem diariamente as frentes de trabalho nos períodos de safra. Entre essas presenças invisibilizadas, destaca-se a condição das mulheres trabalhadoras rurais canavieiras, cujas experiências acumulam camadas de opressão ligadas ao gênero, à classe e à raça. É nesse ponto que a reflexão sobre o trabalho feminino, seja no âmbito rural ou urbano, se articula diretamente com os debates teóricos e políticos que atravessam o Serviço Social enquanto profissão crítica.

A discussão acerca do trabalho feminino, se insere no debate da questão de gênero, classe e raça. No âmbito acadêmico do Serviço Social, esse debate é vinculado ao Grupo Temático de Pesquisa sobre Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, (GTP) da ABEPSS. No Departamento de Serviço Social da UFS, à discussão perpassa os diversos grupos de pesquisas, sendo eles: EFPTRG - Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero; GETEQ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social; GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas; GEPSSO - Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais; NEPMASS - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Marxismo e Serviço Social e os grupos que discutem à temática da saúde e o envelhecimento humano, GEPEH - Grupo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento Humano; GEPS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde.

Discutir o trabalho feminino rural, inserido nas intersecções, de gênero, classe e raça se faz relevante para o Serviço Social, à medida que representa um campo de análise relevante no contexto da profissão. A importância dessa temática para o Serviço Social está intrinsecamente ligada à sua luta para promover a justiça social, o respeito à dignidade da pessoa humana e a luta pela redução das desigualdades sociais - que são princípios éticos da profissão. Dentro dessa perspectiva, compreender as relações de exploração e opressão que atingem as mulheres em suas múltiplas dimensões - seja no campo ou no espaço urbano - é essencial para a atuação do/a assistente social, especialmente ao se considerar a diversidade de experiências vividas por mulheres em contextos socioculturais distintos.

Além disso, a dimensão racial e étnica é imprescindível ao se tratar dessas questões, uma vez que as mulheres negras, indígenas e de outras etnias enfrentam condições de trabalhos ainda mais precarizadas, devido ao racismo estrutural e conjuntural que permeia a sociedade brasileira, como argumenta Lélia Gonzalez:

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (Gonzalez, 2020, p. 56).

A intersecção entre gênero, classe e raça cria uma tripla opressão que se manifesta de forma particular nas condições de vida e trabalho dessas mulheres. O racismo e a discriminação racial não apenas limitam o acesso das mulheres negras e indígenas a direitos

fundamentais, mas também tornam ainda mais invisíveis suas contribuições econômicas e sociais.

Pensar sobre essas desigualdades, e especialmente sobre quem são as mulheres que as enfrentam, me desperta uma análise pessoal e crítica. Essa pesquisa nasce, de uma inquietação de me reconhecer como mulher, estudante e trabalhadora, e de perceber como determinadas experiências - como a das mulheres canavieiras - seguem sendo apagadas das produções científicas e dos espaços de fala, mesmo sendo fundamentais para a sustentação econômica de seu território, seguem marginalizadas no debate acadêmico.

Inicialmente, esta pesquisa tinha como objeto de estudo o trabalho doméstico no contexto urbano, com foco nas mulheres inseridas na academia, buscando analisar as implicações das múltiplas jornadas de trabalho e os impactos em suas vidas. No entanto, durante a graduação, pude notar uma ausência de debate acerca da população rural em salas de aula, sendo essa temática pouco explorada. Mediante a essa lacuna, entendi que se fazia necessário explorar mais esse debate no nível de graduação. Além disso, a partir de uma experiência adquirida durante o estágio não obrigatório, por meio de participações em rodas de conversa com trabalhadores/as da cultura da cana-de-açúcar, beneficiários/as do Programa Mão Amiga, despertou em mim um interesse ainda maior em compreender de forma pouco mais aprofundada a realidade dessas pessoas, especialmente das mulheres trabalhadoras rurais.

Para isso, percebi que, antes de mais nada, era necessário realizar um trabalho de pesquisa que possibilitasse revelar o panorama das produções acadêmicas desenvolvidas, ao longo dos anos, nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social e em outras áreas, com foco investigativo relacionado ao tema. Ao iniciar essa investigação, deparei-me com uma escassez de materiais que abordem especificamente a realidade dos/das trabalhadores/as do município de Laranjeiras. Esse cenário me levou a recalculer a rota e direcionar a pesquisa para compreender por que um segmento historicamente tão importante para a economia do estado é ignorado nas produções científicas, em especial, as produções da Universidade Federal de Sergipe, cuja sede de um de seus campus está justamente localizada no município em questão.

Diante do exposto, a presente pesquisa se justifica por motivos significativos. A escassez de produção científica que discute a trajetória do trabalho feminino no setor canavieiro do município de Laranjeiras, especialmente no âmbito da Universidade Federal de Sergipe revela uma lacuna importante no campo dos estudos sobre trabalho, gênero e

ruralidade. Nesse sentido, esta pesquisa propõe analisar os fatores que contribuem para o apagamento dessa realidade nas produções acadêmicas da instituição, tomando como referência a atuação das mulheres nas lavouras de cana-de-açúcar do município supracitado.

Mediante a isso, a relevância do objeto desta pesquisa reside na necessidade de problematizar a limitada presença do trabalho feminino rural, em especial no setor canavieiro, nas produções acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe. Ao direcionar o olhar para o município de Laranjeiras-SE, território historicamente marcado pela centralidade da monocultura da cana-de-açúcar, o estudo busca evidenciar as contradições entre a importância econômica desse setor e o apagamento das experiências das mulheres trabalhadoras que também o sustentam. Dessa forma, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre gênero, trabalho e ruralidade no âmbito do Serviço Social, reafirmando a centralidade dessas categorias para a análise crítica da questão social.

Frente ao cenário do município de Laranjeiras no período de 2004 a 2024, marcado por uma estrutura social atravessada por desigualdades de classe, gênero e raça, **nos leva a apreender como objeto desse estudo os aspectos que contribuem para a invisibilidade do trabalho feminino no setor canavieiro local, especialmente nas produções acadêmicas da Ciências Sociais e Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe.** A pesquisa busca compreender como o apagamento das trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais se configura como parte de um processo histórico, revelando a permanência de uma lógica que desconsidera a centralidade do trabalho feminino rural na formação social e econômica do estado.

Sob estes aspectos da realidade concreta do labor de mulheres no setor canavieiro de Laranjeiras, emergiram as questões norteadoras deste estudo investigativo: **por que há uma tímida (ou ausência) de produção científica sobre o trabalho das mulheres nas lavouras de cana-de-açúcar em Sergipe, e especialmente no município de Laranjeiras? Enquanto uma expressão da questão social articulada a classes, raça e gênero, tema em alta nos estudos e pesquisa em geral, porque não verificamos investimentos no tema e objeto de estudo que trata da relação tensa e contraditória acerca da exploração do trabalho feminino no setor canavieiro?**

A partir da questão central indagada ao objeto de estudo, emergiu a seguinte **hipótese orientadora:** a tímida ou inexistente produção científica sobre o trabalho das mulheres nas lavouras de cana-de-açúcar em Sergipe, especialmente em Laranjeiras, decorre da reprodução,

no campo acadêmico, das mesmas estruturas de invisibilização e subalternização presentes na realidade social. Essas estruturas, sustentadas por relações de classe, gênero e raça, relegam as trabalhadoras rurais canavieiras a um “não lugar” no processo de produção de conhecimento, privilegiando perspectivas centradas no agronegócio, na produtividade e na figura masculina do trabalhador rural, em detrimento das experiências e condições laborais das mulheres.

A partir desse quadro devidamente contextualizado e problematizado, a definição do objeto de estudo, das questões de pesquisa e da hipótese conduziu à formulação dos objetivos desta investigação. O **Objetivo Geral** consiste em analisar em que medida as produções acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe, nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, no período de 2004 a 2024, abordam ou negligenciam as trajetórias das mulheres trabalhadoras nas lavouras de cana-de-açúcar em municípios sergipanos, com ênfase no município de Laranjeiras.

Para a consecução desse objetivo geral, estabeleceram-se como **Objetivos Específicos** analisar o contexto histórico e socioeconômico do setor canavieiro em Sergipe, com destaque para o município de Laranjeiras; mapear as produções acadêmicas da UFS que tratam do trabalho no setor canavieiro no estado, especialmente aquelas que fazem referência ao município de Laranjeiras e ao trabalho feminino; e identificar de que modo as mulheres trabalhadoras são representadas nessas produções, observando-se a centralidade ou a ausência do recorte de gênero.

A partir da presente proposta de pesquisa, traçamos a seguinte trajetória teórico-metodológica para pesquisa o objeto desse estudo:

A pesquisa adotou a abordagem materialista histórico-dialético cujo método propõe “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” centrada na realidade concreta da totalidade da vida social (Kosik, 1978). O materialismo histórico leva em consideração as contradições e conflitos inerentes à sociedade de classes, buscando superar a imediatez da aparência dos objetos (Triviños, 1987).

Tendo essa perspectiva, a presente pesquisa busca analisar os dados levando em consideração os eventos históricos, as estruturas sociais e os processos de mudança social. Além disso, objetiva estudar o objeto levando em consideração o modelo de acumulação

capitalista e a sua interferência na produção e reprodução social. Nesse sentido, consideramos que o método materialista histórico-dialético é:

Em síntese, o conhecimento produzido pelo método materialista histórico dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas (Silva, 2019, p. 49).

No que se refere às características desta pesquisa, infere-se que se trata de um processo investigativo de natureza exploratório-analítica, de caráter documental e bibliográfico, com abordagem quali-quantitativa, desenvolvido a partir de materiais levantados em bases de fontes primárias e secundárias. As etapas metodológicas do estudo consistiram no levantamento e na análise de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses que têm como objeto e/ou tema o trabalho feminino no setor canavieiro em Sergipe, com destaque para a realidade do município de Laranjeiras.

À luz do arcabouço teórico-metodológico adotado e com base em referências de outros estudos, Gil (2002, p. 44) afirma que a pesquisa centrada em fontes documentais e bibliográficas “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Tal abordagem forneceu o respaldo teórico-crítico necessário para fundamentar a investigação e aprofundar a compreensão sobre o objeto de estudo, possibilitando a análise das produções acadêmicas e a identificação de seus enfoques, limites e silenciamentos.

A busca por fontes será conduzida na rede mundial de computadores e focará nas principais áreas de conhecimento que dialogam com a temática, como Serviço Social, Sociologia, Geografia, História e Estudos de Gênero e Raça. Serão utilizados marcadores temáticos para delimitar o campo da pesquisa, incluindo: Trabalho no Setor Canavieiro; Trabalho feminino rural; Laranjeiras-SE; Trabalhadoras Canavieiras.

A partir desses levantamentos prosseguimos com as análises sob a perspectiva crítica da teoria social marxiana, a qual entende que para apreender a realidade para além da aparência é preciso saturar o objeto de informações capazes de atingir a essência do fenômeno e assim, extrapolar o âmbito da múltiplas determinações que não se restringe a *pseudo* concretude (Marx, 2000). Logo, entende-se que a apreensão do fenômeno deve-se apreender a

complexidade do real perpassando, indissociavelmente a universalidade, particularidade e singularidade do objeto (Netto, 2009).

Para fins de organização e melhor entendimento do percurso da pesquisa, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), encontra-se estruturado em quatro seções principais. A primeira delas é a **Introdução**, a qual traz aspectos da contextualização/problematização, destacando os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. A sequência é dada pela seção 2, intitulado **Fundamentos da Sociedade Capitalista e as Reproduções da Superexploração da Mulher no Setor Canavieiro do Brasil**, o qual trata dos fundamentos históricos do capital e a produção da superexploração na realidade do Brasil com destaque para o Nordeste. A seção 3, **Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe: Trabalho, Precarização e a Produção Científica com Foco na Trabalhadora de Laranjeiras-SE**, constitui a seção de análise dos dados levantados acerca do objeto de estudo. Esta seção aborda a inserção e as condições de trabalho das mulheres na agroindústria canavieira no estado de Sergipe, com ênfase no município de Laranjeiras a partir das informações investigadas nas produções científicas que garimpamos durante o processo de pesquisa. Nessa seção subdividimos em subseções adentrando o debate acerca do trabalho feminino. Por fim, a pesquisa se encerra com as **Considerações**, onde serão apresentados os resultados.

2 FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA E AS REPRODUÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA MULHER NO SETOR CANAVIEIRO DO BRASIL

O irreversível avanço da luta da classe proletária leva as mulheres trabalhadoras para dentro do turbilhão da vida política.

Rosa Luxemburgo

A estrutura da sociedade capitalista, ao se sustentar na exploração da força de trabalho e na lógica incessante da acumulação, cria e perpetua formas específicas de dominação que recaem de maneira mais intensa sobre as mulheres, sobretudo nas regiões periféricas. No setor canavieiro brasileiro, essa realidade se expressa na superexploração da trabalhadora rural, onde se entrelaçam desigualdades de classe, raça e gênero.

Este capítulo tem como objetivo discutir os fundamentos da sociedade capitalista, com foco em como suas estruturas econômicas e sociais possibilitam e reproduzem formas específicas de exploração no mundo do trabalho. A partir dessa base teórica, será analisada a realidade do setor canavieiro brasileiro, destacando como a lógica do capital opera de forma ainda mais intensa sobre os corpos femininos, especialmente no contexto do trabalho rural. Busca-se compreender de que maneira a divisão sexual do trabalho, aliada às condições historicamente precarizadas desse setor, contribui para a superexploração da mulher trabalhadora, evidenciando desigualdades de classe, raça e gênero, que persistem e se aprofundam nas dinâmicas contemporâneas do agronegócio.

2.1 A lógica do capital e a produção da superexploração

A sociedade capitalista, desde sua consolidação como modo de produção dominante, fundamenta-se na exploração sistemática da força de trabalho, ou seja, na exploração do ser humano pelo ser humano, tendo como base a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado e a acumulação de capital. Segundo Marx (2017), o surgimento do sistema capitalista de produção representa a consolidação do trabalho livre e assalariado como forma dominante de trabalho social.

No interior dessa lógica, a superexploração do trabalho surge como um elemento estruturante, especialmente nas formações sociais periféricas e dependentes, como é o caso do Brasil. Nesse contexto, o mundo do trabalho se reorganiza de forma constante para atender às

exigências do capital, promovendo intensificação das jornadas, precarização das condições laborais e ampliação das desigualdades de classe, raça e gênero. O trabalho é compreendido como a categoria fundante do ser social, pois é por meio dele que o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e, nesse processo, também transforma a si mesmo. Desse modo:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017, p. 326-327).

Nesse sentido, ao compreender o trabalho como a atividade fundamental pela qual o ser humano transforma a natureza e, simultaneamente, a si mesmo, Marx revela a base sobre a qual se erguem todas as formas históricas de organização social. É justamente a transformação dessas relações de produção que permite entender o surgimento do capitalismo.

Esse modelo de produção emergiu gradualmente a partir da lenta desintegração do sistema feudal europeu, entre os séculos XV e XVIII, em um contexto de intensas transformações econômicas, políticas e sociais. Segundo Marx (2017, p. 961), “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”. Dessa forma, a transição para o capitalismo não ocorreu de forma imediata, mas foi resultado de um processo histórico, no qual as bases do novo sistema se formaram a partir das contradições e do declínio das relações feudais. Nesse cenário, ganha destaque o processo de acumulação primitiva, que marcou a gênese do capital por meio da expropriação dos produtores diretos e da concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Outrossim:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter

nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2017, p. 959-960).

A acumulação primitiva de capital foi um processo violento e excludente, que envolveu o extermínio de povos originários, o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e a concentração de terras sob o poder das classes dominantes, algo semelhante ao que aconteceu no Brasil Colônia. Diferente da produção capitalista, onde somente uma pequena parcela da população se apropria dos meios de produção e da terra, o modo de produção feudal tinha como característica a partilha do solo entre o maior número de indivíduos Marx (2017). “Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc” (Marx, 2017, p. 970-971).

Esse processo de expropriação dos trabalhadores e transformação da terra em mercadoria está na raiz da formação da sociedade capitalista. Com o avanço desse sistema, sobretudo a partir da Revolução Industrial, surgem as primeiras expressões da questão social, manifestação das contradições sociais geradas pela consolidação do trabalho assalariado e pela divisão da sociedade em classes. A nova ordem social capitalista estrutura-se com base em uma divisão entre classe dominante: burguesia e classe dominada: proletários.

No Brasil, a sociedade capitalista se formou de modo subordinado aos interesses do capital europeu, de forma tardia. A colonização portuguesa implantou um modelo agroexportador, baseado na monocultura, no latifúndio e na escravização dos nativos e africanos. Essa estrutura de exploração foi a base da inserção do país na lógica do capital mundial. Com o fim do sistema escravista e a introdução do trabalho assalariado, o Brasil passou a experimentar uma transição formal para o modo de produção capitalista, embora mantendo as marcas da desigualdade, da concentração fundiária e da subordinação ao capital estrangeiro. Nesse sentido:

De fato, a terra no Brasil historicamente esteve concentrada nas mãos de poucas pessoas. Como o país jamais passou efetivamente por uma reforma agrária, sua estrutura fundiária perdura apresentando características intrínsecas ao período colonial, ou seja, extensas faixas de terras sob o domínio de um pequeno número de famílias ricas. Isso significa que, o privilégio da posse e propriedade da terra se mantém inalterado, passando de

geração para geração. Desta forma, os herdeiros dos antigos donos de engenhos, dos coronéis, dos fazendeiros, dos latifundiários, ainda mantêm-se valendo-se do domínio de terras, enquanto arrimo para adentrar-se, estabelecer-se e permanecer na vida pública (Vieira, 2023, p. 22).

Desse modo, observa-se que a concentração fundiária no Brasil não é apenas uma herança do passado, mas um elemento estruturante das desigualdades sociais que persistem até hoje. A manutenção do poder nas mãos de poucos proprietários de terra reproduz, ao longo do tempo, relações de dominação que ultrapassam o campo econômico e se estendem às esferas política e social. Essa manutenção histórica cria as bases sobre as quais se sustentam formas de exploração do trabalho rural, nas quais mulheres e pessoas negras continuam a ocupar posições subalternizadas. É nesse contexto que se insere a realidade do trabalho feminino nas lavouras canavieiras, especialmente o das mulheres pobres e negras, cuja trajetória no mercado de trabalho reflete as marcas deixadas pela estrutura agrária e pelas hierarquias advindas do período colonial. No tópico a seguir, será analisada a realidade da mulher pobre e negra no mercado de trabalho canavieiro no Brasil contemporâneo, ressaltando como as condições históricas e estruturais, herdadas do período colonial, ainda se refletem na atualidade.

2.2 Brasil Contemporâneo e a mulher pobre e negra no mercado de trabalho canavieiro

A formação sócio-histórica do Brasil está indubitavelmente marcada pela colonização europeia portuguesa, pelo sistema escravista e pelo latifúndio agroexportador, que moldaram as relações de trabalho e fomentou as desigualdades de gênero, classe e raça ao decorrer dos séculos. Desde a chegada dos portugueses à solo brasileiro, em meados do século XVI, até os dias atuais, se passaram mais de quinhentos anos, entretanto, ainda hoje se perpetua uma herança indigesta deixada pelos colonos: a herança escravocrata. Conforme Guimarães Passos,

O monopólio da terra (latifúndio), fundamento último do poder extraeconômico, e o regime de trabalho escravo, portanto, a mesclagem entre formas servis e escravistas – sendo que estas atribuíam àquelas o caráter regressivo –, conformavam o modo de produção designado por Alberto Passos como “feudalismo-colonial”, cuja organização social permitia o convívio simultâneo do regime escravo com a renda-trabalho e a renda-produto, além de contingentes de trabalhadores agregados.

A herança escravocrata se reflete em diversos segmentos sociais, e um deles é o âmbito do trabalho. Durante o período colonial, nos chamados ciclos da economia brasileira, a mão de obra negra e indígena escravizada, era majoritariamente responsável pelos trabalhos mais precários e degradantes, seja nos engenhos de cana-de-açúcar - atividade econômica mais antiga do Brasil e que moldou a economia brasileira - seja nas plantações de café, ou na mineração de metais preciosos.

Desde o início da colonização, ainda no período mercantilista, o campo foi a base da economia brasileira. Inicialmente, com a produção da cana-de-açúcar nos engenhos geograficamente localizados na região nordeste do Brasil. Na atualidade, em relação à economia brasileira, o campo continua sendo uma das principais bases econômicas do país, entretanto, pela via do agronegócio. Ainda hoje, a cultura da cana-de-açúcar é uma das forças motrizes do agro brasileiro, visto que o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar e o segundo maior produtor de etanol (os Estados Unidos ocupam a primeira posição, entretanto, tem o milho como matéria-prima principal).

Diferente da época colonial, onde a produção da cana-de-açúcar se concentrava na região nordeste, hoje, destaca-se a região sudeste, sendo o estado de São Paulo o seu maior produtor. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra 2023/2024 apresentou recorde de produção, cerca de 713,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar foram produzidas no Brasil na safra supracitada.

Apesar da permanência do campo como eixo estruturante da economia brasileira, especialmente por meio do agronegócio, ao longo do século XX, o País vivenciou uma profunda transição de sua base econômica: de uma estrutura agrária-exportadora para um modelo urbano-industrial, promovida pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, tendo o seu ápice entre os anos de 1950 e 1960, no período denominado de desenvolvimentista. Esse processo de industrialização foi impulsionado por políticas de substituição de importações, pela concentração de capital nas áreas urbanas e pela crescente migração de trabalhadores do campo para as cidades. Nessa direção, Caio Prado Jr:

O processo de modernização do campo, centralizadora e desassociada de uma política de reforma agrária, assunto a ser explorado mais adiante, resulta em desemprego e miséria “para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa [...] a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência” (PRADO JR., 2000, p. 22) resultando na migração em massa da população de trabalhadores rurais para os centros urbanos, despontando de uma proporção de 10.6% da população (Rural >

Urbano) em 1960, para 50.2% da população (Rural < Urbano), no período de 40 anos, o que impactou definitivamente a questão urbana.

No contexto contemporâneo do trabalho rural, na cultura canavieira, observa-se que, apesar de alguns avanços, pode-se dizer que pouca coisa mudou. Ressalta-se que, diferente da população escravizada da época colonial, o trabalhador e a trabalhadora rural de hoje recebe pela venda da sua mão de obra, ou seja, realizam trabalho livre.

Ainda resgatando a década de 1960, verifica-se que foi com o advento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), mediante a Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, sancionada pelo então presidente João Goulart, que se expandiu os direitos dos/as trabalhadores/as urbanos/as aos/as assalariados/as do campo. O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) criado em 1963 e instituído pela Lei Complementar nº 11 de 1971, foi outro marco importante no que diz respeito aos direitos dos/as trabalhadores/as do campo. Posteriormente, foi instituída a Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973, que passou a regulamentar o trabalho rural no Brasil.

Contudo, apesar desses marcos legais e avanços significativos nos direitos trabalhistas e previdenciários, as condições de trabalho no Brasil, tanto no meio urbano quanto no meio rural, continuam perpetuando as desigualdades advindas da estrutura social. No que diz respeito ao trabalho feminino, as mulheres, especialmente as mulheres negras e indígenas, historicamente ocuparam e continuam ocupando posições marcadas por extrema vulnerabilidade, submetidas a baixos salários e a condições de trabalho precárias. No meio rural, especificamente nas plantações de cana-de-açúcar, essa exploração ganha proporções ainda maiores, para além da questão do gênero, a questão étnico-racial é um fator que condiciona mulheres racializadas a estarem ocupando os postos de trabalho mais precarizados. Desse modo:

No que diz respeito a mulheres negras, a inclusão no mercado de trabalho é, assim como para homens negros (92,4%), majoritariamente concentrada no trabalho manual (83%). Isso implica que mais de quatro quintos da força de trabalho negra ocupam ofícios caracterizados por níveis baixos de remuneração e escolarização. Mulheres negras são colocadas em ocupações manuais rurais (da agricultura à indústria extrativista vegetal) e nos serviços. São contratadas ou são autônomas e não remuneradas (Gonzalez, 2020, p. 159).

No período pós-abolição, as mulheres negras foram empurradas para os trabalhos mais precários do setor rural. Enquanto as mulheres brancas estavam desempenhando funções

consideradas “apropriadas”, para as mulheres negras restava o trabalho duro e exaustivo. Nos dias de hoje, essas mulheres continuam a trabalhar em condições degradantes, sendo submetidas a jornadas exaustivas sob condições penosas, e com remunerações muito abaixo do necessário para a sua própria subsistência.

Segundo dados do último levantamento do Guia Brasileiro de Ocupações (GBO), vale ressaltar que os dados aqui apresentados são referentes à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 622110, que diz respeito às/aos trabalhadoras/es da cultura da cana-de-açúcar que ficam responsáveis pelo plantio, preparo do solo, colheita etc, em 2022, o setor sucroalcooleiro sergipano ficou em 4^a entre os estados nordestinos com o maior número de admissões no setor canavieiro. Sergipe admitiu aproximadamente 4.937 trabalhadores/as, dos quais 4.450 eram pessoas negras.

Os dados estatísticos referentes à inserção feminina no setor canavieiro em Sergipe evidenciam a persistência de profundas desigualdades de gênero no mercado de trabalho rural. Das 4.937 admissões no setor sucroalcooleiro sergipano em 2022, apenas 372 corresponderam a mulheres. Tal cenário revela que, embora as mulheres componham a força de trabalho nesse segmento, sua participação permanece quantitativamente reduzida, indicando um padrão de inserção subordinado e condicionado às demandas conjunturais do capital.

Ao considerar o recorte étnico-racial, observa-se que essa desigualdade se intensifica. Do total de mulheres admitidas no setor canavieiro sergipano no referido período, 351 eram mulheres negras, o que demonstra que a inserção feminina ocorre majoritariamente entre trabalhadoras pretas e pardas. Esses dados evidenciam a permanência de uma divisão sexual e racial do trabalho, na qual mulheres negras continuam concentradas nos postos mais precarizados, caracterizados por maior desgaste físico, menor estabilidade e reduzido reconhecimento social, reproduzindo hierarquias historicamente construídas no contexto da formação social brasileira. Essa realidade, conforme Gonzalez (2020) argumenta, é resultado direto das estruturas racistas e patriarcais que foram instituídas durante o período da escravidão e continuam a operar nas dinâmicas contemporâneas do trabalho no Brasil.

Os municípios que mais absorveram mão de obra feminina foram Capela e Laranjeiras. Capela registrou 209 admissões de mulheres, enquanto Laranjeiras contratou cerca de 149 trabalhadoras para o setor. Esse número pode parecer pequeno, visto o quantitativo de mão de obra masculina admitida, entretanto, deve-se levar em consideração

que esses dados dizem respeito às/aos trabalhadoras/es fichadas/os (com carteira assinada) e, muitas mulheres são contratadas de modo informal. Nesse sentido, ao realizar uma pesquisa de campo com trabalhadoras do cultivo da cana-de-açúcar em Sergipe, Andrade observa:

Em relação à contratação, a mulher “Um” comenta que trabalhou fichada (com carteira assinada) e não fichada (clandestinamente) **e aponta que a segunda situação é mais comum para as mulheres.** Com a mulher “Dois”, a situação se repete, trabalhou como fichada para a Usina Agro Sul e como clandestina em diversas usinas canavieiras. As entrevistadas “Três” e “Quatro” trabalharam como fichadas no plantio por dois anos na Usina Agro Sul. Agora trabalham como clandestinas na Usina Campo Lindo. “Cinco” fala que cortou cana durante décadas e que na época nenhuma mulher era fichada (Andrade, 2020, p. 228, grifo nosso).

O relato das entrevistadas evidencia que a informalidade na contratação de mulheres no setor canavieiro sergipano constitui uma realidade concreta, o que compromete a confiabilidade dos dados, visto que a informalidade do trabalho ocasiona a inexatidão das informações, dificultando a obtenção de dados precisos sobre as condições laborais e o perfil das trabalhadoras no setor.

No tocante à questão salarial feminina, a média nacional em 2022 era de R\$1.915,57 para mulheres brancas, enquanto as mulheres negras tinham uma remuneração de R\$1.732,33. Em Sergipe, a média salarial para mulheres brancas é de R\$1.186,21, já as mulheres negras têm um rendimento mensal de R\$1.241,65 (Brasil, 2022). No relato de uma trabalhadora, em pesquisa de campo realizada por Santos (2004), com trabalhadoras/es da cultura da cana, observa-se o acúmulo de funções e a precariedade da remuneração recebida:

P. De que estado você vem?

R. De Alagoas.

P. Qual o trabalho aqui de uma mulher?

R. **É um trabalho que não aparece, mas, é muito duro.** Cozinheiro não somente para o meu marido e mais para cerca de 10 homens que são lá do meu povoado.

P. E o trabalho no campo?

R. Bem no campo agente especificamente cuidamos da pequena adubação. Isto é. Os engenheiros aparecem com mudas novas e mandam agente plantar para servir de experiência. Se o novo tipo de cana se adapta ao solo. Segundo ele é um trabalho delicado para ser feito pelas máquinas.

P. Como é efetuado o pagamento?

R. O pagamento aqui é certo. Mas é tão pouco que tenho vergonha de dizer. (Santos, 2004, p. 38, grifos nossos).

Ainda sobre a questão salarial, há uma diferença “inusitada”, ao traçarmos o perfil racial das trabalhadoras contratadas nos dois municípios que mais empregam trabalhadoras/es para o setor canavieiro. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 01: Dados referente à remuneração mensal de mulheres brancas e negras nos municípios de Capela e Laranjeiras.

Município	Mulheres brancas	Mulheres negras
Capela	R\$ 1.117,85	R\$ 1.210,43
Laranjeiras	R\$ 1.295,83	R\$ 1.307,19

Fonte: Guia Brasileiro de Ocupações. Elaboração da autora, 2025.

Os dados nos dizem que no setor canavieiro de Sergipe, as mulheres negras apresentam salários médios superiores aos das mulheres brancas, o que à primeira vista pode parecer contraditório frente ao padrão de desigualdade imposto pelo racismo estrutural. Essa aparente inversão se explica, sobretudo, pela segmentação de tarefas no setor: mulheres negras acabam majoritariamente alocadas em atividades mais árduas e extenuantes, como o corte manual da cana, função que costuma ser remunerada por produtividade e, portanto, pode gerar rendimentos maiores, ainda que às custas de maior desgaste físico e condições precárias de trabalho.

Por outro lado, as mulheres brancas, em número bastante reduzido na atividade canavieira sergipana, tendem desenvolver funções consideradas “mais leves”, com salários fixos menores, mas socialmente vistos como menos degradantes. Além disso, a pequena amostra de mulheres brancas no setor pode distorcer as médias salariais, ampliando essa diferença. Assim, ainda que mulheres negras recebam valores ligeiramente superiores, isso não reflete necessariamente uma condição de equidade, mas sim a persistência de um modelo exploratório e racista que as empurra para os postos de trabalho socialmente desvalorizados. Como bem assinala Beatriz Nascimento:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito” (Nascimento, 2021, p. 58).

Em relação a jornada de trabalho, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XIII, estabelece que a jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias e 44 horas semanais, ressalta-se que a CF permite flexibilização das jornadas através de acordos ou dentro dos limites legais, porém, para aquelas pessoas que trabalham nos canaviais, essa jornada pode ser muito maior. A jornada pode ser inferior a oito horas diárias, mas pode também ser ultrapassada em função da necessidade de conclusão da tarefa, levando ao adoecimento das mulheres canavieiras (Souto, 2018, p. 81). Considerando ainda que são mulheres, é importante destacar que o trabalho não se limita ao remunerado. O trabalho doméstico, imposto às mulheres pela lógica patriarcal e pela divisão sexual do trabalho, somado ao trabalho externo, resulta em uma sobrecarga provocada pelo acúmulo de jornadas.

No tocante aos vínculos trabalhistas, a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, tornou-se obrigatória a formalização do registro em carteira para trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar. No entanto, apesar dessa formalidade, os vínculos seguem fragilizados. Nesse sentido:

O método de contratação dos/as trabalhadores/as cortadores/as de cana é carregado de traços históricos de flexibilização, em virtude de ainda ser atrelado ao recrutamento por um determinado prazo, ou seja, exclusivamente para a safra. Vale evidenciar que os/as trabalhadores/as rurais, em linhas gerais, não possuem as mesmas garantias dos/as trabalhadores/as do meio urbano (Santos; Silva, 2025, p. 270-271).

Essa fragilidade nos vínculos trabalhistas se expressam pelo curto período de contratação, uma vez que mulheres e homens são empregadas/os de forma sazonal, apenas durante as safras e pelo fato de a remuneração ser frequentemente baseada na produção, o que intensifica o ritmo de trabalho culminando na superexploração. Além disso, muitas vezes a remuneração recebida mal garante a subsistência desses/dessas trabalhadores/as, visto que em média, recebem R\$14,00 reais por tonelada de cana-de-açúcar cortada, evidenciando a precariedade das condições de trabalho no setor. Ademais, visando apenas o lucro,

[...] as usinas têm à sua disposição formas discriminatórias de seleção para garantir a alta produtividade. Observando-se o perfil dos trabalhadores, vários estudos registram o que parece ser um padrão, a saber: o do trabalhador jovem e do sexo masculino” (Santos, 2014, p. 60).

Entretanto, apesar das condições precárias, da remuneração insuficiente e da discriminação na seleção para o trabalho, muitas mulheres persistem na atividade, revelando tanto a necessidade como a resistência diante de um sistema que historicamente marginaliza o trabalho feminino. Esses elementos formam o pano de fundo para compreender a realidade da

superexploração do trabalho feminino no Nordeste, onde o setor canavieiro se mantém como espaço de intensa vulnerabilidade para mulheres, especialmente negras, cujas trajetórias laborais são atravessadas por múltiplas formas de opressão. É nesse contexto que se insere a análise da presença feminina no setor canavieiro nordestino.

No próximo tópico, será aprofundada a análise da superexploração do trabalho feminino no setor canavieiro no Nordeste, destacando as condições precárias e a sobrecarga imposta às mulheres. Serão analisadas as formas de opressão estruturais e as particularidades do contexto nordestino, evidenciando como essas trabalhadoras enfrentam múltiplas formas de discriminação e resistência no cotidiano laboral. Esse cenário ajudará a compreender como o setor canavieiro, além de ser um espaço de intensa exploração, é um reflexo de um sistema que marginaliza e invisibiliza as mulheres no mercado de trabalho.

2.3 A realidade da superexploração do trabalho no nordeste: o cenário da mulher no setor canavieiro

A produção canavieira no nordeste brasileiro carrega marcas históricas de exploração intensa da força de trabalho, reproduzindo relações de desigualdade herdadas do período colonial e escravista. Mesmo com avanços legais, que buscam garantir direitos mínimos aos/as trabalhadores/as rurais, persistem as formas de superexploração que afetam principalmente as mulheres. No contemporaneidade apreendemos que,

No final do século XX, a composição do perfil do trabalhador se alterou mundialmente à medida que foi incorporada a mão de obra feminina. “A lógica de flexibilização na atual reestruturação produtiva do capitalismo juntamente com o neoliberalismo, estabelece relações com o crescimento do emprego das mulheres.” (Mazzei, 2010, p. 205). Embora tenha ocorrido o crescimento do quantitativo de mulheres, o processo foi marcado pela ocupação de serviços precários e instáveis, como os de tempo parcial (Hirata, 2020). A absorção das mulheres no mercado ocasionou um duplo efeito: se por um lado criou maiores possibilidades para elas; por outro, relegou-as aos empregos caracterizados pela informalidade (Mazzei, 2010, p.234).

A mão de obra feminina no setor sucroalcooleiro nordestino ocupa historicamente posições de menor prestígio e remuneração, herdando a tradição patriarcal e racista que atravessa a formação social brasileira. As trabalhadoras rurais canavieiras frequentemente desempenham funções consideradas “inferiores” ou “menos qualificadas”. Outrossim, historicamente marcado pela concentração fundiária e pelas heranças coloniais do latifúndio monocultor, o modelo produtivo da cana-de-açúcar continua operando a partir de relações

sociais profundamente desiguais, que subordinam a vida e o corpo das mulheres trabalhadoras a condições laborais desumanas.

A falsa liberdade no sistema capitalista de produção, faz com que homens e mulheres vendam diariamente a única coisa que lhes é inerente: a força de trabalho. Nesse contexto, para as mulheres e homens que não são possuidoras/es dos meios de produção, o trabalho, mediante a venda da sua força de trabalho é uma condição necessária para a sua subsistência, e não uma escolha. Mediante a isso:

[...] os trabalhadores são livres no capitalismo: - eles não precisam do chicote do senhor de escravos para se submeterem, para entregarem o seu trabalho ao patrão; para eles basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima (Martins, 1995, p. 156).

No âmbito do sistema capitalista, a maximização do lucro e a redução de custos incidem diretamente na intensificação do trabalho, gerando jornadas extenuantes e, em contrapartida, mais-valia para o empregador, remuneração insuficiente e condições de trabalho degradantes para o/a trabalhador/a. Tais mecanismos de exploração ganham contornos ainda mais severos quando recaem sobre as mulheres, que historicamente ocupam posições socialmente desvalorizadas e são alvo de discriminações de gênero, raça e classe. Essas trabalhadoras frequentemente enfrentam jornadas duplas ou triplas, acumulando as atividades produtivas nos canaviais com as responsabilidades reprodutivas no espaço doméstico, o que amplia de forma preocupante sua sobrecarga física e emocional.

A sobrecarga resultante da dupla ou tripla jornada de trabalho intensifica a situação de precarização vivenciada por essas mulheres. Após o árduo trabalho nos canaviais, permanecem responsáveis pelas atividades de cuidado familiar, pela organização do lar e, em não raros casos, por ocupações complementares voltadas à garantia da subsistência. O acúmulo de funções acarreta problemas de saúde, conforme aponta Seligmann (2011, p. 128), “não existe dúvida de que o estresse laboral prolongado vulnerabiliza o indivíduo, facilitando a eclosão de diferentes distúrbios orgânicos e psíquicos, inclusive das depressões”.

A superexploração no setor canavieiro, não se limita apenas ao aspecto econômico, mas se entrelaça a um processo de dominação estrutural, que perpetua relações de subordinação e desigualdade. O capitalismo, ao buscar incessantemente ampliar a taxa de

mais-valia, aprofunda essa exploração ao se valer da vulnerabilidade social e da ausência de políticas efetivas de proteção ao trabalho rural, em especial o trabalho feminino.

Desse modo, o setor canavieiro nordestino expressa um padrão de exploração do trabalho que se molda e se atualiza conforme as demandas do capital, mantendo a mulher trabalhadora em situação de marginalização e invisibilidade. Essa realidade evidencia que a transformação das estruturas produtivas e sociais, para superar as múltiplas formas de opressão que recaem sobre essas mulheres, passa necessariamente pela crítica ao modo de produção capitalista que sustenta e alimenta tais desigualdades.

Dessa forma, compreende-se que a inserção feminina no setor canavieiro nordestino, marcada pela precarização, pela desigualdade de gênero e pela desvalorização do trabalho reprodutivo e produtivo, reflete um processo histórico profundamente enraizado nas relações sociais de produção capitalistas. A permanência desse modelo evidencia como a mulher trabalhadora rural segue submetida a condições de exploração que se reinventam ao longo do tempo, perpetuando sua invisibilidade e exclusão.

Na seção a seguir, será realizada uma análise detalhada das produções científicas produzidas no período de 2004 a 2024 pela Universidade Federal de Sergipe e pelos/as pesquisadores/as vinculados/as à instituição. O foco será direcionado para as pesquisas que abordem o trabalho no setor canavieiro, identificando se elas dão ênfase ou não para a realidade das mulheres trabalhadoras rurais na agroindústria da cana-de-açúcar em Sergipe, tendo como recorte territorial o município de Laranjeiras-SE. Será examinado como os estudos acadêmicos têm abordado as questões de gênero, buscando compreender a evolução dessas abordagens e a contribuição das pesquisas para a visibilidade do labor das mulheres no espaço sucroalcooleiro.

3. MULHERES NA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SERGIPE: produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE (2004-2024)

As mulheres não são, na realidade, invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros.

Hersília Monteiro Cadengue de Oliveira

A seção 3, intitulada **“Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe: Trabalho, Precarização e a Produção Científica com Foco na Trabalhadora de Laranjeiras-SE”**, trata de aspectos centrais do objeto deste estudo com base nos levantamentos de dados e informações seguidas das análises que convergiram para os resultados deste TCC. Abordamos nas subseções a inserção e as condições de trabalho das mulheres na agroindústria canavieira no estado de Sergipe, com ênfase no município de Laranjeiras a partir das produções científicas, daí apreendemos que as discussões críticas têm por base as investigações garimpadas conforme fontes apontadas na metodologia, sinalizando o trabalho feminino no espaço de produção e reprodução da cana-de-açúcar.

Em linhas gerais, esta seção objetiva analisar o (não) lugar das mulheres canavieiras do município Laranjeiras nas produções acadêmicas, com ênfase naquelas elaboradas nas áreas das Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe no período (2004 - 2024). Busca-se identificar de que maneira essas trabalhadoras aparecem, ou não, nas produções científicas da instituição, evidenciando possíveis lacunas, invisibilização e ausências. Para tanto, foram examinados artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que tratam da cultura canavieira em Sergipe, com foco no município de Laranjeiras, observando se, e como a presença feminina é reconhecida enquanto sujeito histórico, social e político. Outrossim, a finalidade foi problematizar o apagamento das experiências das mulheres no setor canavieiro, revelando a persistência de um modelo acadêmico baseado em hierarquias de gênero, classe e etnia.

3.1 Setor Canavieiro em Sergipe: Mulheres em trabalhos precários e dados (in) visibilizados

Em Sergipe, o trabalho no setor canavieiro ocupa um papel central na história econômica e social do estado. A cultura da cana-de-açúcar foi introduzida ainda no período colonial, e consolidou-se como uma das principais atividades agrícolas da região. Sua importância para a formação da economia sergipana é expressiva, pois impulsionou a

ocupação do território mediante expansão capitalista, a construção de engenhos e, posteriormente, de usinas, com destaque para a região do Vale do Cotinguiaba. Dessa forma:

O auge da economia açucareira na região ocorrera por volta de 1850, momento de alta no preço do açúcar. Por esta época se multiplicavam os núcleos urbanos da região da Cotinguiaba, que se tornava a região mais próspera da província. Laranjeiras e Maruim eram os dois mais importantes núcleos urbanos, por seus portos o açúcar era escoado, bem como saíam e entravam alimentos e outras mercadorias. O desenvolvimento de um e de outro município ocorrera paralelamente ao crescimento da economia do açúcar, e de simples vilas na primeira metade do século XIX, tornaram-se importantes cidades, residência dos políticos, comerciantes e intelectuais sergipanos (Amaral, 2007, p. 34).

O Vale do Cotinguiaba é uma das regiões mais tradicionais e significativas do estado de Sergipe, destacando-se tanto por sua importância histórica, quanto por sua relevância econômica e cultural. Os municípios de Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Areia Branca, Divina Pastora, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas fazem parte do núcleo histórico da região. Já os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Siriri, Capela, Carmópolis, General Maynard e Santa Rosa de Lima, fazem parte da microrregião do Vale do Cotinguiaba e compartilham características comuns, como a presença da herança cultural ligada ao ciclo do açúcar. Além disso, muitos deles ainda preservam elementos marcantes da arquitetura colonial, igrejas, casarões e ruínas de antigos engenhos, que retratam a riqueza histórica da região. O mapa a seguir permite apreender a dimensão geográfica e física do território deste estudo:

Figura 01: Mapa da Região do Cotinguiaba



Fonte: Observatório de Sergipe (2023).

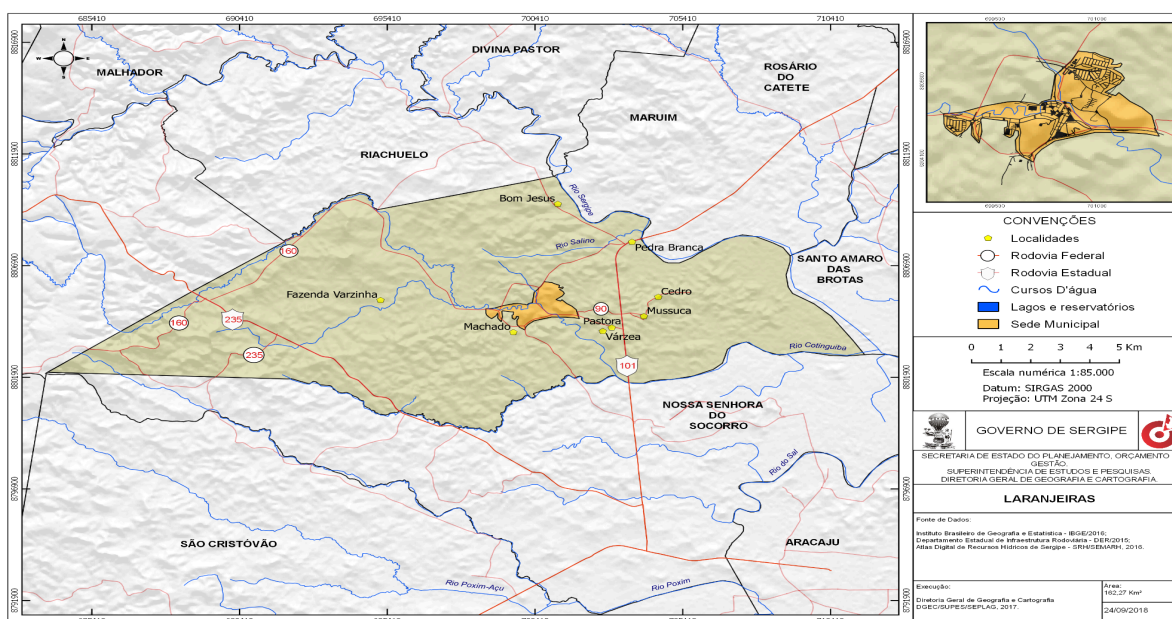
Entre as áreas que mais se destacam no que concerne à prosperidade no setor canavieiro na atualidade, podemos considerar o município de Laranjeiras. O município ainda se configura como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do estado. Vale ressaltar que nesse território, a cultura da cana-de-açúcar desempenha um papel estrutural na dinâmica das relações socioeconômicas locais desde o período colonial e na atualidade readequa-se ao processo de reestruturação produtiva, adentrando ao mundo da inovação técnica científica, tendo em vista eliminar trabalho vivo (Harvey, 2005). Mesmo diante da centralidade desse setor canavieiro, as mulheres trabalhadoras têm sido historicamente invisibilizadas neste nicho laboral, não apenas nas práticas institucionais, nas políticas públicas de proteção, no controle das condições e relações de regulação trabalhista, mas também na esfera da pesquisa acadêmica.

No âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), principal instituição pública de ensino superior do Estado, observa-se que, entre os anos de 2004 e 2024, o município tem sido alvo de estudos, pesquisa e produção de conhecimento em diversas áreas, frente aos interesses dos/as estudantes da Universidade, resultando em uma produção científica considerável, voltada principalmente para o patrimônio histórico e urbano, arquitetura, música, e a cultura popular de Laranjeiras. Porém, pouco se produziu sobre o setor canavieiro do município, com ênfase para o trabalho realizado por mulheres e homens desse segmento. É importante salientar que tal constatação não se configura como um juízo de valor negativo sobre essas produções, muito menos sobre a relevância dos temas explorados. Pelo contrário, reconhecer e valorizar a riqueza cultural e histórica de Laranjeiras é fundamental para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento da identidade local.

A cidade de Laranjeiras, que já foi conhecida como a “Atenas Sergipana”, devido a sua produção intelectual e artística, está localizada no leste sergipano, a pouco mais de 20 km da capital do estado, integrando a Região Metropolitana de Aracaju.

Com uma área territorial de aproximadamente 163 km², Laranjeiras possui uma população estimada em cerca de 24 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2022), sendo 12.490 mulheres e 11.485 homens, apresentando uma densidade demográfica de aproximadamente 147,74 habitantes por quilômetro quadrado. A figura 2, a seguir dimensiona a localização da Sede:

Figura 02: Mapa da Cidade de Laranjeiras-SE



Fonte: Observatório Sergipe (2018).

No que concerne à raça e etnia, 2.755 pessoas são brancas, 6.045 pretas, 19 amarelas, 15.125 pardas, e 30 indígenas. No tocante à escolarização, 15.956 pessoas são alfabetizadas e 2.366 são analfabetos. A população quilombola do município é de 3.316 pessoas. Dentre a população total, 22.284 residem na zona urbana, enquanto 1.691 residem na zona rural. No censo de 2010, a população rural era de 5.645 pessoas, ou seja, houve uma redução de 3.954 pessoas no campo. No que diz respeito à população que está empregada formalmente, o número é de 6.804, tendo um rendimento mensal de 2,4 salários. Sendo o setor canavieiro o que mais emprega.

Laranjeiras é a segunda cidade mais antiga do estado, ficando atrás apenas de São Cristóvão. Fundada em 1605, inicialmente como povoado denominado Vila de Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras emerge a partir da instalação dos jesuítas nas margens do rio Cotinguiba, em terras que pertenciam à Freguesia de Socorro, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2025). A presença dos jesuítas na região, determinou a organização social e religiosa da localidade, contribuindo para a formação de um núcleo educacional e missionário que marcou a identidade da cidade. Com o tempo, Laranjeiras consolidou-se como um importante polo econômico, religioso e cultural do período colonial, abrigando igrejas, conventos e engenhos de açúcar - atividade que se tornaria a base da economia local e um dos principais pilares do desenvolvimento histórico do município.

Apesar de não ser mais a região com a maior produção de cana-de-açúcar, o nordeste brasileiro ainda tem papel relevante na produção açucareira. Dentre os estados da região, destaca-se o estado de Sergipe. Diferente dos demais estados do nordeste, principalmente Pernambuco, cujo seu primeiro engenho foi instalado no início do século XV, Sergipe só começou a produzir cana-de-açúcar de forma expressiva em meados do século XIX, na região do Vale Vaza-Barris e, posteriormente, na microrregião do Cotinguiba. Comparados aos engenhos pernambucanos, os engenhos sergipanos eram pequenos. Porém, apesar de modestos, os engenhos de açúcar do estado de Sergipe contavam com o clima favorável para a plantação da cana, sendo a região do Cotinguiba agraciada pelos solos férteis. No que diz respeito à produção canavieira:

O processo de produção obedecia a seguinte rotina: lavrar a terra com o uso da enxada e da foice; plantar a cana; retirar ervas daninhas quando a cana começasse a nascer, e esperar o tempo de maturação (de quinze a dezoito meses), após o que era feita a colheita. A produção do açúcar começava logo após a colheita, pois em um ou dois dias a cana azedava ou secava (Sousa, 2010, p.77).

Ainda no início do século XIX, com o progresso da indústria canavieira, o então município de Laranjeiras passou a ser o “centro” da produção da cana-de-açúcar, antes, a posição era ocupada pela Vila de Santo Amaro das Brotas. No ano de 1824, Laranjeiras viria a se tornar a povoação mais rica da província (Sousa, 2010). Na região, havia cerca de setenta engenhos. A elite branca que fazia parte da aristocracia do açúcar, além dos engenhos, possuía propriedades residenciais em Laranjeiras. Essas propriedades ficavam próximas às casas comerciais e dos trapiches¹. Laranjeiras vivenciou tempos prósperos no que concerne às questões econômicas, “na época da autonomia política de Sergipe e das lutas que se seguiram, Laranjeiras se impunha como centro principal do comércio importador e exportador. Rica, opulenta, com mais de 850 fogos², sua população excedia 3.000 habitantes” (Sousa, 2010, p. 85).

Assim, enquanto Laranjeiras se destacava como o centro econômico da produção de cana-de-açúcar no início do século XIX, essa prosperidade estava intrinsecamente ligada à exploração brutal dos/das trabalhadores/as rurais escravizados/as, que sustentavam esse comércio. A organização do trabalho nos engenhos sergipanos seguiu o padrão colonial, com a mão de obra predominantemente composta por escravos/as africanos/as. Essa estrutura

¹ Estruturas utilizadas durante o período colonial para a produção de açúcar. Eram similares aos engenhos, mas muitas vezes menores e funcionavam como locais de processamento da cana-de-açúcar.

² No período colonial brasileiro, o termo "fogo" era usado para descrever uma casa ou residência, incluindo as famílias que nela habitavam.

refletiu as práticas comuns da época, destacando o papel central do trabalho escravo na produção e na economia da região (Malaquias; Vieira; Pereira, 2018).

A riqueza gerada pelos engenhos e concentrada nas mãos da elite que residia no estado de Sergipe, refletia-se nas condições precárias a que esses/essas trabalhadores/as eram submetidos/as. O trabalho era desenvolvido seja na preparação do terreno, no plantio, no cultivo, na colheita da cana. Os/as trabalhadores/as nos engenhos de açúcar eram sujeitados/as a condições sub-humanas de trabalho. Para além das jornadas exaustivas e degradantes, os/as trabalhadores/as mal tinham direito à alimentação. E, isso refletia no tempo de vida útil das pessoas escravizadas, que, segundo Gonzalez (2020), a vida média do escravo produtivo não ultrapassava dez anos.

Ainda hoje, o município de Laranjeiras é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do estado de Sergipe, ficando atrás de Capela, que recebeu o título de maior produtor da matéria prima pela Lei nº 9.488/2024, que a declara o município como a "Capital Sergipana da Cana-de-Açúcar".

Sendo os municípios que mais produzem cana-de-açúcar, consequentemente, são os que mais empregam no setor canavieiro. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, do IBGE, em 2021, o Brasil possuía mais de 3,6 milhões de assalariados e assalariadas rurais. A região Sudeste liderava em geração de empregos (44%), seguida pelo Nordeste (26%), Sul (15%), Centro-Oeste (11%) e Norte (4%).

Na cidade de Laranjeiras, no que concerne à empregabilidade, destaca-se a Usina São José do Pinheiro, que absorve a maior parte da mão de obra do município. A Usina Pinheiro foi estruturada a partir do Engenho São José e de outros engenhos da região na década de 1970, por Albano do Prado Pimentel Franco:

A Usina Pinheiro tem uma história atual, de caráter mais econômico e empresarial, sem a tradição das casas-grandes da aristocracia açucareira. A empresa monopoliza a atual produção açucareira do estado, produzindo cerca de 13 mil sacas de açúcar por dia. Por essa razão é que, para as gerações sergipanas mais contemporâneas, falar de açúcar é falar em Usina Pinheiro (Loureiro, 1999, p. 96).

Para complementar a compreensão sobre a relevância econômica e estrutural da Usina Pinheiro descrita por Loureiro (1999), apresenta-se abaixo uma imagem atual de suas instalações:

Figura 03: Instalações da Usina São José do Pinheiro



Fonte: Usina São José do Pinheiro (s.d).

Além da produção e comercialização do açúcar, a Usina São José do Pinheiro também produz e fornece álcool, melão e geração de energia para o Nordeste Brasileiro e alguns países europeus e do continente africano. Porém, apesar do crescimento econômico e da modernização da produção na Usina Pinheiro, as condições de trabalho dos/das cortadores/as de cana-de-açúcar ainda enfrentam sérios desafios, refletindo legados de exploração que persistem ao longo dos anos. No ano de 2022, o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MTP-SE) ajuizou uma ação civil contra a Usina São José do Pinheiro, após onze trabalhadores serem resgatados, os quais estavam submetidos a condições análogas à escravidão.

Segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), desde 1995, o Brasil contabiliza um número de 63.516 trabalhadores que foram encontrados em condições análogas à escravidão pela Inspeção do Trabalho. Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente ao 1º semestre de 2023, mostram que 1.408 pessoas foram resgatadas nesta condição. O cultivo da cana-de-açúcar lidera entre as atividades com o maior número de trabalhadores resgatados, foram 532 trabalhadores resgatados no setor sucroalcooleiro. Esses dados evidenciam que, mesmo após avanços legais e institucionais no combate ao trabalho escravo contemporâneo, ainda persistem práticas que violam a dignidade da pessoa humana, especialmente em setores historicamente marcados pela exploração. Nesse contexto, torna-se relevante analisar de forma mais específica a realidade vivenciada pelas

mulheres inseridas nesse segmento produtivo, visto que elas estão mais propensas a sofrerem com a precarização do trabalho. Assim, o próximo tópico busca discutir a presença feminina na agroindústria canavieira em Sergipe, com ênfase nas produções científicas que abordam a trabalhadora do setor canavieiro no município de Laranjeiras-SE.

3.2 Mulheres na Agroindústria da Cana-de-Açúcar em Sergipe e as produções científicas com foco na trabalhadora do setor canavieiro de Laranjeiras-SE

No ano de 2021, o estado de Sergipe apresentou um crescimento de 19,6% na geração de empregos no agronegócio em setembro daquele ano, isso em comparação ao mesmo período do ano de 2020, a informação é do levantamento de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Outrossim, em setembro de 2020, a agropecuária do Estado apresentou um saldo total de 654 empregos, enquanto no mesmo período do ano de 2021, foram somados 1.589 novos postos de trabalho, ficando atrás apenas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Do total de novas vagas, 90% foram geradas no cultivo de cana-de-açúcar. “Sergipe ocupou o terceiro lugar do Brasil, na geração de novos postos de trabalho em setembro e no acumulado deste ano já apresentou o maior crescimento entre todos os setores. O agro não parou e vem mostrando resultados positivos”, explicou o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe (Faese), Ivan Sobral. Entretanto, é importante ressaltar que os “resultados positivos” são, em sua maioria, para os empregadores do segmento, visto que o trabalho que essas pessoas realizam para obter resultados positivos pouco é valorizado, dessa forma:

[...] cabe ressaltar a falácia do discurso da geração de empregos como consequência do desenvolvimento do agronegócio da cana-de-açúcar: a carteira de trabalho que deveria garantir o salário mínimo, acordado nas Convenções Coletiva dos Trabalhadores Rurais, se apresenta como fetiche, já que, na realidade, a remuneração é estabelecida pela produção; por outro lado, visualiza-se a intensificação da superexploração e da insalubridade como marcas da atividade canavieira. (Cardoso; Shimada, 2021, p. 90).

Segundo dados do Observatório de Sergipe, no ano de 2024, no mês de setembro - período em que os/as trabalhadores/as são recontratados para trabalharem na safra da cana-de-açúcar - o estado gerou 5.658 empregos formais, sendo Laranjeiras o município que mais empregou, contabilizando 1.337 empregos formais. Entre esses números, estão os/as trabalhadores/as beneficiários/as do Programa Mão Amiga - Cultura da Cana-de-Açúcar, que é um benefício de transferência de renda, instituído pela legislação estadual nº 6.697/2009, e

tem por finalidade mitigar os efeitos do desemprego sazonal decorrentes das entressafras dos cultivos da cana-de-açúcar e da laranja. O valor do benefício é de R\$1.000,00 por pessoa, sendo pago em 4 parcelas de R\$250,00 reais, nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Os registros fotográficos a seguir possibilitam visualizar trabalhadores/as beneficiários/as do Programa Mão Amiga em reunião:

Figura 04: Beneficiários/as do Programa Mão Amiga - Cana-de-Açúcar, em Laranjeiras-SE.



Fonte: Secretaria de Estado, Inclusão e Cidadania (2022)

Figura 05: Beneficiários/as do Programa Mão Amiga - Cana-de-Açúcar, em Laranjeiras-SE.



Fonte: Secretaria de Estado, Inclusão e Cidadania (2022)

No ano de 2024, conforme documentado no Programa, cerca de 2.334 pessoas estavam trabalhando na cultura da cana-de-açúcar, sendo 1.868 homens e 466 mulheres. Em Laranjeiras, 310 pessoas estavam formalmente empregadas no setor sucroalcooleiro do

município, sendo 233 homens e 77 mulheres. É importante salientar que para obter o benefício, o/a trabalhador/a precisa apresentar um vínculo formal de trabalho, o que não é uma realidade para as mulheres, o que pode impactar diretamente no número reduzido de beneficiárias.

Entretanto, mesmo diante da subnotificação e da ausência de vínculos formais que dificultam o acesso aos benefícios, é inegável que as mulheres continuam atuantes no setor canavieiro. Porém, mesmo atuantes, as mulheres do setor canavieiro do município de Laranjeiras seguem praticamente invisíveis nas produções acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2004 e 2024, ao verificar as produções elencadas somente.

Ao tratar de pesquisa na seara das ciências sociais e humanas, se faz necessário elucidar algumas questões, consideradas neste trabalho, como cruciais para o entendimento do conteúdo em pauta, advertindo a princípio que, o ato de pesquisar, neste caso, nos referimos àqueles desenvolvidos no interior da graduação e pós-graduação. Estes certamente envolvem inúmeros fatores, tais como aspectos conjunturais, políticos e socioeconômicos, entre elementos categoriais e vertentes teóricas, à luz de um objeto no qual a pesquisa ao ser desenvolvida apresenta respostas, isto é, o conhecimento, e no caso desta pesquisa, um saber crítico para além da *psuedo* concretude (Karel Kosik, 2002).

O conhecimento é a forma pela qual a humanidade vem se expressando ao longo da história, mas não basta qualquer conhecimento, é preciso ser engajado com a compreensão crítica da totalidade da vida social e no caso, específico deste TCC, contrário a toda forma de opressão do mundo do trabalho que atinge brutalmente mulheres negras (pretas e pardas). Ele se estabelece e se organiza a partir das relações sociais, se expande à medida que são apresentadas novas necessidades do homem, as quais são “estimuladas pelas experiências sociais, muitas das quais impostas pelos sistemas de produção determinantes das relações sociais da época” (Setubal, 2013, p. 30). Sendo assim, o conhecimento é um processo de caráter social e político, e nessa direção, entendemos que a pesquisa é um processo [...] que se desenvolve em processos dialéticos que aqui se comporta como instrumental do Serviço Social e juntos, pesquisa e produção do conhecimento, requer uma sistematização da observância da realidade social e coerência com suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológico e técnico-operativa fundante da instrumentalidade profissional (Guerra, 2002).

Podemos considerar que a produção do conhecimento pelo Serviço Social possibilitou o avanço da profissão, tanto na sua especialização, como nas novas formas de enfrentamento da chamada “questão social” em diferentes espaços sócio-ocupacionais e contextos sócio-históricos, além da consolidação de dispositivos como Código de Ética, Fundamentos Teóricos e Metodológicos, entre outros, também fruto de inquietações por parte da categoria, que se inicia a partir do movimento de reconceituação (1965 - 1975 não exatamente) e concomitante a isso, o processo de Renovação do Serviço Social, que implica na formação de uma pluralidade profissional com perspectivas generalista à luz da direção hegemônica do projeto-ético profissional (Teixeira, 2009). Sendo assim,

[...] ele se fez amplo e plural, num contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Mudanças que remontam à dinâmica da sociedade, que apresenta um movimento determinado pelas relações oriundas do processo de produção e reprodução social e pelas relações entre o Estado e a sociedade civil (Barroso, 2016, p. 22).

Nessas condições, Freitas e Reis (2017) acrescentam que esse processo “se caracterizava pela busca de uma relativa cientificidade que contribuísse para legitimação do trabalho profissional no conjunto das diferentes instituições, em que se inseria e demandava o trabalho do assistente social” (2017, p. 197). Destarte, oferece a categoria profissional os caminhos teórico-metodológicos para uma visão crítica da sociedade e da sua própria atuação, possibilitando indissociar teoria e prática (Iamamoto, 2009).

Outrossim, as transformações advindas desse período possibilitaram à categoria uma maturidade intelectual, a qual oportunizou a formulação de questionamentos acerca da sociedade capitalista a partir da teoria social crítica. Nessa perspectiva, a categoria passa a sinalizar sobre a sua preocupação de elucidar os fundamentos e questionar as bases técnico-instrumentais da profissão firmando, nas décadas de 1980-1990, o projeto ético-político com um direcionamento social e crítico em face do amadurecimento da profissão, além de adotar a pesquisa como dimensão importante na consolidação da formação e nos objetivos profissionais que definiam a profissão.

Esses eventos levaram o Serviço Social, em 1980, a se inserir como interlocutora das demais áreas do conhecimento, o que possibilitou a sua independência em produções teóricas e maior destaque à pesquisa. Além disso, houve o reforço do exercício da pesquisa nas diretrizes curriculares do curso em 1996, forma pela qual posiciona a prática da pesquisa

como um elemento intrínseco à formação profissional, a qual se vincula tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Desse modo,

[...] o processo de reconstrução crítica da profissão não se deteve apenas ao espaço acadêmico, repercutiu em todo âmbito profissional, nas publicações, nos encontros e congressos, significando a construção de uma nova cultura crítica que teve como mérito o fortalecimento da pesquisa para os assistentes sociais (Sposati, 2007, *apud* Prudêncio; Sales; Gonçalves, 2021, p.6).

Em suma, a pesquisa é o caminho para produzir o conhecimento, o qual fornece subsídios para compreender a realidade posta em movimento. Também configura-se como uma atividade básica da ciência, um instrumental necessário à proposição de mudanças da realidade e se apresenta como uma estratégia para entender os fenômenos do cotidiano como expressão concreta da vida social em suas múltiplas determinações do real (Tonet, 2008).

Partindo do preâmbulo acima, desenvolvemos este estudo investigativo com foco na produção da pesquisa no trabalho no setor canavieiro de **Laranjeiras**. Vale resgatar que em Sergipe, destacam-se também os municípios de **Capela**, **Japaratuba**, **Japoatã**, frequentemente citados como áreas de concentração da produção canavieira e da atuação das usinas (Usina São José do Pinheiro, Taquari, Junco Novo e outras).

Nesse sentido, importa destacar as instituições pesquisadoras do tema com larga experiência, como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente os programas de pós-graduação em Geografia, Sociologia, e Serviço Social. Destacam centralidade nas Pesquisas da CPT-SE e do Núcleo de Estudos Agrários da UFS.

A partir dessas referências institucionais, a pesquisa se desenvolverá com base na análise de investigações acadêmicas que abordam o trabalho no setor canavieiro, tendo como foco principal, o trabalho feminino no setor sucroalcooleiro de Laranjeiras. Para isso, foram consultados prioritariamente, o Repositório Institucional e o Sistema *Pergamum* da Universidade Federal de Sergipe, utilizando como descritores "Laranjeiras", "Cana-de-açúcar", "Trabalho nos canaviais" e "Setor canavieiro". Essa etapa visa identificar teses, dissertações, monografias e artigos que contribuam para a compreensão da inserção e das condições de trabalho das mulheres nesse segmento, especialmente no contexto do município de Laranjeiras, reconhecido historicamente por sua relevância na produção canavieira em Sergipe.

Após buscas realizadas inicialmente no Google e, posteriormente, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, no Sistema *Pergamum* e na sala do Departamento de Serviço Social - onde estão abrigados os TCC's e os Relatórios de Estágio, foi possível identificar produções acadêmicas relevantes para a temática. A partir desse levantamento, analisou-se se tais produções mencionam a presença da mulher como força de trabalho no setor em questão, de que maneira esse grupo é abordado nas análises e qual o recorte territorial adotado nos estudos.

O levantamento do material bibliográfico foi realizado de forma processual, em momentos distintos e ao longo de um período prolongado, iniciado após a redefinição do objeto de estudo, ocorrida ao final da disciplina Pesquisa Social II. A partir dessa redefinição, passou-se a direcionar a investigação para a temática da cana-de-açúcar e das relações de trabalho no setor canavieiro, com recorte territorial no município de Laranjeiras/SE.

Inicialmente, as buscas foram realizadas por meio do mecanismo de pesquisa Google, ambiente no qual foi identificado um volume significativo de produções acadêmicas e institucionais relacionadas à cultura da cana-de-açúcar e ao trabalho no setor, contemplando, de modo geral, a participação dos homens como força de trabalho predominante no setor. Contudo, após a leitura exploratória e a análise prévia desses materiais, constatou-se que as produções encontradas não dialogavam diretamente com o objeto da pesquisa, uma vez que não abordavam o trabalho feminino nos canaviais do município de Laranjeiras - boa parte dos trabalhos encontrados inicialmente, discutiam o setor canavieiro de estados do sudeste. Diante disso, tornou-se inviável dar prosseguimento ao estudo a partir desse conjunto inicial de fontes.

Em razão dessa lacuna, o levantamento foi intensificado no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS), utilizando-se descritores específicos, a saber: “Laranjeiras”, “Cana-de-açúcar”, “Trabalho nos canaviais” e “Setor canavieiro”. A busca pelo descritor “Laranjeiras” resultou em mais de dois mil trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2025. Considerando o elevado quantitativo, procedeu-se à análise de 55 páginas do repositório, totalizando pouco mais de 500 trabalhos. Nenhum desses materiais foi selecionado, uma vez que não estabeleciam relação direta com o objeto de estudo.

De modo semelhante, o descritor “Cana-de-açúcar” apresentou cerca de dois mil resultados. Embora não tenha sido possível examinar a totalidade dos trabalhos, as produções analisadas concentravam-se majoritariamente em abordagens relacionadas à química e bioquímica da cana, ao cultivo do solo e ao uso de agrotóxicos, não contemplando as relações

de trabalho no setor canavieiro sob a perspectiva social pretendida. Assim, nenhum trabalho foi selecionado a partir desse descritor.

A busca pelo descritor “Trabalho nos canaviais” retornou 25 trabalhos, dos quais apenas um foi considerado pertinente ao objeto de estudo: **“Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie no trabalho canavieiro”**, de autoria de Shiziele de Oliveira Shimada (2014). No caso do descritor “Setor canavieiro”, foram identificados 34 trabalhos. Entre eles, um abordava a agroindústria sucroalcooleira e os impactos ambientais decorrentes do uso de agrotóxicos no município de Laranjeiras/SE, sendo descartado por não dialogar com o enfoque da pesquisa. Outro trabalho foi selecionado para análise: **“Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do senhor ao escravo”**, também de autoria de Shimada (2011).

Considerando que, até então, as buscas no repositório não haviam apresentado produções que tratassem especificamente do setor canavieiro no município de Laranjeiras sob a perspectiva das relações de trabalho, a pesquisa foi direcionada ao Sistema *Pergamum*. Ao utilizar os descritores “Laranjeiras” e “Cana-de-açúcar”, foram identificados alguns resultados, dentre os quais se destacou a monografia intitulada **“Município de Laranjeiras, exclusão e exploração: o caso da Usina São José do Pinheiro”**, de autoria de **Geovan Hormindo dos Santos (2004)**, a qual foi selecionada para análise a partir do material físico, consultado na sala onde encontram-se o acervo dos documentos sergipanos, localizada na Biblioteca Central Dom Luciano José Cabral Duarte - BICEN.

O trabalho **“Relações de Trabalho nos Canaviais”**, de **Olívia Irine Reis Santos**, foi analisado a partir do material físico, cujo TCC foi localizado na sala destinada aos trabalhos de conclusão de curso e aos relatórios de estágio do Departamento de Serviço Social. Nesse contexto, cabe uma crítica à forma como os materiais se encontram organizados nesse espaço, uma vez que a sala apresenta condições inadequadas de conservação e ordenamento, estando desorganizada e empoeirada. Tal situação dificulta significativamente a consulta ao acervo disponível e pode ter comprometido a análise de alguns trabalhos, considerando que se trata de um acervo expressivo, no qual é possível que materiais relevantes não tenham sido identificados ou analisados em função dessas condições.

Com o objetivo de aprofundar e fortalecer a discussão proposta, para além dos Repositórios Institucionais da UFS, procedeu-se à busca de outros trabalhos que abordassem a temática em questão. Para tanto, foram realizadas consultas complementares em outros

repositórios institucionais, periódicos científicos e anais de eventos acadêmicos. Nesse contexto, o trabalho intitulado **“Amargo açúcar: uma análise da dinâmica contemporânea da produção canavieira em Sergipe”**, de Francielle do Nascimento Santos e Hellen Alves Sá, foi publicado em anais de evento científico, especificamente apresentado em encontros da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). O estudo foi localizado por meio de consulta a fontes digitais, a partir de buscas no *Google*.

O artigo de Shirley Silveira Andrade, intitulado **“A feminização da agricultura: as condições de trabalho das mulheres no labor da cana-de-açúcar”**, foi analisado a partir de sua publicação na Revista de Direito da UFMG, acessada por meio do repositório online do periódico.

O artigo de Victor de Souza Cardoso e Shiziele de Oliveira Shimada, intitulado **“Bota, facão, camisola de dormir: capital, gênero e trabalho no espaço canavieiro de Sergipe, Brasil”**, foi analisado a partir de sua publicação na PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, um periódico científico da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Outros trabalhos foram identificados durante o levantamento bibliográfico; entretanto, por não dialogarem diretamente com a temática central da pesquisa, foram excluídos da análise. Ressalta-se que a exclusão de determinados trabalhos não se deu de forma aleatória, mas a partir de critérios estabelecidos, fundamentados na proximidade ao objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa. Foram descartadas produções que, embora tratassem da cultura da cana-de-açúcar, do município de Laranjeiras ou do setor canavieiro de modo geral, apresentavam abordagens predominantemente técnicas, ambientais, agrônômicas, químicas ou bioquímicas, bem como aquelas que não problematizavam as relações de trabalho no setor ou que não estabeleciam vínculo com o recorte territorial definido. Assim, a seleção do material priorizou estudos que contribuíssem para a compreensão crítica das relações sociais de produção no setor canavieiro, garantindo maior coerência teórico-metodológica e consistência analítica ao desenvolvimento da pesquisa.

A partir do material identificado, realizamos uma análise qualitativa, tendo em vista compreender a forma que as produções acadêmicas abordam o trabalho no setor canavieiro e, em especial, a presença das mulheres no setor canavieiro de Laranjeiras. Os trabalhos encontrados estão organizados por tipo (teses, dissertações, monografias e artigos), períodos de publicação e abordagem temática. Outrossim, seguimos apresentando as considerações sobre os trabalhos que foram selecionados.

Nesse sentido, como parte do processo de análise, tornou-se necessário sistematizar as informações obtidas no levantamento inicial. Para isso, elaboramos o quadro, no qual estão organizados os trabalhos encontrados sobre o labor de mulheres e homens no setor canavieiro. Nele, constatamos informações referentes ao ano de publicação, autor/a, título, tipo de produção acadêmica e a área da pesquisa, conforme vislumbra o quadro 01:

Quadro 01: Teses, dissertações, monografias e artigos selecionados para análise.

Nº	Autor (a)/ Título	Tipo/Área de estudo	Ano
1	SANTOS, Geovan Hormindo dos. Município de Laranjeiras, exclusão e exploração: o caso da Usina São José do Pinheiro	Monografia Ciências Humanas	2004
2	SHIMADA, Shiziele de Oliveira. DO LATIFÚNDIO E DO AGRONEGÓCIO: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “senhor” ao “escravo”	Dissertação Ciências Sociais	2010
3	SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie no trabalho canavieiro	Tese Ciências Sociais	2014
4	SANTOS, Francielle do Nascimento; SÁ, Hellen Alves. Amargo açúcar: uma análise da dinâmica contemporânea da produção canavieira em sergipe	Artigo Ciências Sociais Aplicada	2018
5	ANDRADE, Shirley Silveira. A feminização da agricultura: as condições de trabalho das mulheres no labor da cana-de-açúcar	Artigo Ciências Sociais Aplicada	2020
6	CARDOSO, Victor de Souza; SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Bota, facão, camisola de dormir: capital, gênero e trabalho no espaço canavieiro de sergipe, Brasil	Artigo Ciências Sociais	2021
7	SANTOS, Olívia Irine Reis. Relações de Trabalho nos Canaviais	Monografia Ciências Sociais Aplicadas	2021

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

A partir do levantamento sistematizado no quadro acima, que reúne as produções acadêmicas selecionadas segundo os critérios definidos, procede-se à análise dos trabalhos identificados, considerando a forma como abordam a inserção da mulher como força de trabalho no setor canavieiro, o tratamento dado às relações de gênero e o recorte territorial adotado em cada estudo. Nesse sentido, destaca-se inicialmente a monografia, Santos (2004) discute a exclusão e exploração capitalista no Vale do Cotinguiba, com foco no município de Laranjeiras e no caso específico da Usina São José do Pinheiro. A pesquisa analisa a transição econômica da região a partir da década de 1970, um período que marca a intensificação da industrialização e a subordinação da agricultura ao capital.

O estudo argumenta que a estrutura fundiária, já historicamente concentrada no Brasil desde o período colonial, com a divisão em capitanias hereditárias e sesmarias, foi agravada pela lógica capitalista. Isso levou à expropriação de pequenos produtores rurais que, sem acesso formal à terra, foram forçados a vendê-las aos usineiros, tornando-se, em muitos casos, trabalhadores temporários da Usina (Fausto, 2000). O trabalho também mostra que, em Laranjeiras, a concentração de terra é predominante. Dessa forma:

Houve um forte desequilíbrio social a partir de 1970, que resultou na expansão da atividade capitalista - agroindústria canavieira - por áreas antes ocupadas por pequenas propriedades ou dedicadas a cultura do mercado interno que teve como consequência o enriquecimento das já grandes famílias latifundiárias ou na linguagem moderna os grandes grupos (Santos, 2004, p. 30).

A pesquisa aponta que a Usina São José do Pinheiro, em 1970, utilizava cerca de 200 trabalhadores/as, dos quais 80% eram ex-pequenos/as donos/as de terra. O texto destaca o uso da mecanização em 80% das atividades da Usina para aumentar a produtividade e a redução da mão de obra, substituindo o trabalho humano por equipamentos mais modernos, o que resultou em desemprego. Em Sergipe, a concentração e exploração do trabalhador persistem, e cerca de 75% das terras na região do Vale do Cotinguiba pertencem a uma única família, a família Franco. Outrossim:

[...] em virtude do domínio de expressivo ordenamento fundiário, os Franco compõem um dos grupos empresariais mais importantes do Nordeste. O império iniciado pelo Coronel Albano Pimentel Franco, por meio do Engenho São José, é composto hoje por diversas empresas dos mais variados setores. Tratando-se de uma família tradicional oligárquica, detentora de extensas propriedades, centralizadas principalmente no Vale do Cotinguiba (o que por si só já explicaria a ascensão econômica em virtude do setor açucareiro) [...] (Vieira, 2021, p. 74).

No tocante ao recorte de gênero, o estudo menciona indiretamente o trabalho feminino, em um dos depoimentos coletados na pesquisa de campo realizada pelo pesquisador. Embora o foco principal não seja o trabalho feminino, essa menção ilustra que a mão de obra das mulheres sempre esteve presente nas atividades rurais e sempre foi desvalorizada, reforçando a tese de exploração no campo, principalmente no que concerne ao trabalho feminino.

A dissertação de Shimada (2010) tem como objetivo principal analisar o agronegócio da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, buscando entender o que mudou e o que permaneceu nas relações produtivas desde o período colonial do latifúndio até o modelo de agronegócio atual. A pesquisa aborda aspectos como o sistema de produção, a implementação tecnológica, a estrutura fundiária e, principalmente, as relações de trabalho entre os donos das usinas e os cortadores de cana. O trabalho não faz menção ao trabalho feminino. A dissertação discute as relações de dominação do capital sobre o trabalho de forma geral, analisando o agronegócio da cana-de-açúcar e as condições de trabalho precárias dos cortadores, mas sem um foco específico na questão de gênero. O estudo conclui que as novas configurações territoriais geradas pela produção da cana-de-açúcar perpetuam as relações de dominação do capital sobre o trabalho. “O agronegócio da cana faz ressurgir algo que nunca deixou de acontecer, a dominação do “senhor” ao “escravo” fortalecida cada vez mais pela lógica do capital” (Shimada, p. 62, 2010). A dissertação ainda argumenta que o trabalho “escravo” precarizado continua a existir por meio da exploração e expropriação dos cortadores de cana, que ficam subordinados ao poder dos grandes proprietários de terra e do Estado.

A tese de doutorado, também de autoria de Shimada (2014), aprofunda o debate sobre a precarização do trabalho. O trabalho argumenta que, em um contexto de crises do capital, o setor sucroenergético reconfigura o espaço agrário e as relações de produção para maximizar a extração de mais-valor e a superexploração dos trabalhadores canavieiros. A autora, utilizando o materialismo histórico-dialético, demonstra que a alegação da “perda da centralidade do trabalho” é, na verdade, um agravamento da barbárie em formas “travestidas” ou mascaradas. Essa barbárie se manifesta na submissão dos trabalhadores a um trabalho degradante, muitas vezes análogo à escravidão, sem seguridade, onde a carteira de trabalho atua como um fetiche que esconde a exploração perversa, especialmente porque o pagamento é feito por produção. Além disso, a tese detalha como a mobilidade migratória e a utilização de condições como etnia, idade e gênero são mobilizadas para garantir a alta produtividade e

lucratividade das empresas, caracterizando um modo de produção que não cumpre ou altera a legislação trabalhista em seu favor.

No tocante ao recorte de gênero, a discussão está presente na pesquisa, sendo incluída nos objetivos do trabalho para analisar o cotidiano dos "trabalhadores e das trabalhadoras" e como a desigualdade de gênero marca a mobilidade e as condições laborais. A autora evidencia que a presença de mulheres é significativamente menor do que a de homens, e que a atividade canavieira é marcada por forte preconceito de gênero. Dessa forma:

A presença dos trabalhadores do sexo masculino é marcante, enquanto a presença do trabalho feminino é bem menor, só foi identificada em 3 das 5 usinas sergipanas. De acordo com o Relatório do MPT (2012), a Usina Taquari é a que emprega o maior número de mulheres, sendo 7,5% do quadro de funcionários, no período da safra. Na condição de gênero, esta atividade canavieira revela muito preconceito. A mulher no corte da cana tem muita discriminação pelos próprios chefes quando vão contratar, pois elas ficam sempre com a função de bituqueira no serviço para limpar o terreno dos restos de cana deixado pela máquina (Shimada, 2014, p. 191).

Santos e Sá (2018) analisam a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe nos últimos 15 anos. O estudo buscou compreender a dinâmica desse processo, questionando se o crescimento da produção resultou em desenvolvimento econômico para a região. A pesquisa utilizou estatística descritiva, revisão bibliográfica e um trabalho de campo para confrontar a "retórica doce do desenvolvimento" com as "amargas condições reais de trabalho e de vida dos trabalhadores da cana". A pesquisa cita o trabalho feminino, mas de forma muito breve. O artigo menciona que a precarização das relações de trabalho no agronegócio da cana-de-açúcar atinge tanto homens quanto mulheres, mas não aprofunda as condições específicas do trabalho feminino:

Relatos como o de A³, 31 anos, sexo feminino e que desde os 13 anos, informava que saía de casa por volta de 04 horas da madrugada para pegar o carro fornecido pela empresa, como esse passa por muitos povoados precisa passar muito cedo em certas localidades, e que chegava em casa às 23h em dias de muito trabalho e horas extras; essas horas extras entravam no salário de forma irregular, visto que no sistema de controle de ponto da empresa a trabalhadora batia o ponto às 17h, independentemente de ter terminado o serviço ou não. Outro relato é de B, 43 anos, sexo feminino esta dizia que levar atestado médico a usina não serve, perde o dia, e que se perder um dia de trabalho recebe uma suspensão de três dias; conta também que a água não era disponibilizada pela usina, que os trabalhadores não paravam para almoço e que não possuíam banheiro químico, era disponibilizado apenas uma lona que costumava voar pelo canavial (Santos; Sá, 2018, s/n).

Em suas conclusões, as autoras revelam que a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe é marcada por uma profunda contradição. O crescimento da

produção ocorreu principalmente pelo aumento da área plantada, e não pelo incremento da produtividade, seguindo a tendência nacional em que monoculturas extensivas, como a cana, privilegiam a expansão territorial em detrimento da eficiência produtiva. Apesar do avanço das forças produtivas e da incorporação de novos municípios à atividade, os dez maiores produtores de cana em Sergipe apresentaram elevados índices de vulnerabilidade social, com indicadores preocupantes de pobreza e baixos rendimentos. Essa realidade evidencia que a modernização da agricultura tem caminhado lado a lado com a manutenção de antigas estruturas fundiárias e de relações de trabalho, o que contradiz a retórica de que a expansão da cana gera desenvolvimento econômico.

Em seu artigo, Andrade (2020) coloca como objetivo verificar a presença ou ausência de trabalho escravo contemporâneo (TEC) nas relações de trabalho. Como metodologia, a autora utilizou observação e entrevistas semiestruturadas com seis mulheres cortadoras de cana “Foi bem peculiar, nessa pesquisa, encontrarmos um grupo de mulheres trabalhadoras no corte da cana-de-açúcar, uma vez que esse tipo de trabalho é, predominantemente, masculino” (Andrade, 2020, p. 217). O texto aborda a questão do trabalho feminino de forma central e aprofundada. O artigo analisa as condições de trabalho de mulheres que cortam cana-de-açúcar e discute como a precarização afeta especificamente a elas. Conclui-se que não foi possível evidenciar a presença de TEC. O estudo também concluiu que o trabalho em canaviais é predominante alienado, o que leva o trabalhador a não se reconhecer como autor do produto de seu trabalho ou sentir-se feliz com ele. As entrevistadas, por exemplo, não consideravam o trabalho na cana-de-açúcar como algo agradável e, quando questionadas sobre seus sonhos, nenhuma delas o mencionou. Algumas até revelaram que, ao terem a oportunidade de trabalharem em outro lugar, saíram do canavial. Dessa forma:

Percebemos esse movimento nas entrevistas, a mulher “Dois” saiu dos canaviais quando teve oportunidade de trabalhar como professora em programas do governo. Para sua infelicidade, o programa em que lecionava foi encerrado na cidade de Japoatã, o que a obrigou a voltar para a cana. Ela comentou que gostaria de que a cidade tivesse mais oportunidades de emprego para mulheres. “Três” conseguiu trabalhar por cinco meses como professora, porém, logo o prefeito de Japoatã a demitiu. “Aqui é tudo cortador de cana, não tem outro lugar pra trabalhar não.” E complementa com a infelicidade de ser cortadora: “Bom não é não, é péssimo. Só vai porque a pessoa precisa mesmo.” Ela diz que não tem outras opções e que gostaria de que houvesse microempresas por perto, gerando oportunidades de emprego. Em nenhum momento, elas reconhecem o produto do trabalho como sendo seus, nem o labor como fundante do ser (Andrade, 2020, p. 220).

Cardoso e Shimada (2021) aprofundam a análise da relação entre capital, gênero e trabalho. Eles mostram que, embora a participação feminina tenha aumentado, isso não melhorou as condições de trabalho. O artigo aponta que a precarização tem um impacto ainda maior nas mulheres, que enfrentam a dupla jornada de trabalho, em consequência de terem que conciliar as exigências do emprego com as responsabilidades domésticas e familiares. Outrossim:

O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la, para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina, existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios, e minas (Federici, 2021, p. 28, 29).

O estudo argumenta que a precarização do trabalho no setor canavieiro teve os piores efeitos sobre as mulheres. Em Sergipe, o texto apresenta uma queda no número de trabalhadoras entre 2014 e 2015. Uma das razões apontadas é que as usinas, impulsionadas pelo aumento da produtividade e mecanização, preferem empregar homens jovens, considerados mais aptos fisicamente. E, quando empregadas, as mulheres são frequentemente alocadas nas faixas de remuneração mais baixas. Deste modo:

[..] as mulheres estão praticamente ausentes nas faixas mais altas de remuneração. Mesmo nos anos de 2011 a 2014, em que houve uma maior integração feminina na produção canavieira, perpetuou-se a mesma condição. Com isso, mostra-se a crueldade do capital em possibilitar a inclusão da mão de obra feminina nos momentos de conveniência, embora não estabeleça nenhum tipo de estabilidade ou boas condições de trabalho (Cardoso; Shimada, 2021, p. 94).

No tocante ao recorte de gênero, o texto é inteiramente focado no trabalho feminino nas usinas e canaviais de Sergipe. Ele aborda as relações de gênero no setor e mostra como as mulheres são afetadas de forma desproporcional pela precarização do trabalho e pela lógica do capital. Por fim, o/a autora conclui que o capital utiliza as diferenças de gênero, idade e etnia para dividir e controlar a classe trabalhadora, mantendo a precarização, a instabilidade e a baixa remuneração como marcas do setor, com um peso recaindo de forma mais expressiva sobre as mulheres.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Santos (2021) discute o trabalho escravo contemporâneo nos canaviais brasileiros a partir da década de 1970. O objetivo geral

da pesquisa é analisar as relações de trabalho na agroindústria canavieira nesse período, identificando as características e a persistência de relações análogas à escravidão no século XXI. O TCC utiliza a pesquisa bibliográfica e adota o método materialista histórico dialético para compreender o fenômeno em sua totalidade.

A pesquisa contextualiza o problema mencionando que, entre 1995 e 2019, mais de 54.687 mil pessoas foram encontradas em condições análogas à escravidão no país, sendo a maioria em áreas rurais. O texto argumenta que, apesar da abolição legal em 1888, a escravidão contemporânea permanece em fazendas capitalistas. A pesquisa também aborda a reestruturação produtiva na agroindústria canavieira, impulsionada pela expansão do capital e pela crise do modelo fordista/*keynesiano*, que intensificou a industrialização do campo e o uso de novas tecnologias, como o *toyotismo*. Entretanto, a implantação de tecnologia, que deveria facilitar o trabalho e melhorar as condições laborais, acaba acentuando a superexploração do trabalho. Essa superexploração é evidenciada pelas longas jornadas, pelas precárias condições de trabalho que levam ao adoecimento do trabalhador e, principalmente, pelo sistema de pagamento por produção. Nesse sentido:

Ao incentivar cada vez mais o trabalhador a produzir, as usinas alimentam a competitividade entre os trabalhadores dos canaviais. É essa competitividade que garante em maior grau a exploração nas relações de trabalho nos canaviais, mesmo porque ao mesmo tempo em que se busca retirar ao máximo do trabalhador, este também tenta de todas as formas aumentarem o seu ritmo de trabalho, e consequentemente o seu salário (Santos, 2021, p. 36).

No tocante ao recorte de gênero, o texto faz menção ao trabalho feminino, quando argumenta que as mulheres têm sido progressivamente excluídas do trabalho nos canaviais. A menção ao trabalho feminino aparece quando a autora discute o perfil da força de trabalho que é mais atrativo para a agroindústria canavieira. Os empregadores procuram contratar homens, jovens e migrantes, justificando que as mulheres são “menos fortes e pouco resistentes” para o esforço físico exigido pelo corte manual da cana. Outrossim:

É importante observar que em fases anteriores as mulheres sempre trabalharam nas lavouras da cana, como aponta as pesquisas de D’Incao (1976) e de Silva, (1999 apud GUANAIS, 2016). Durante os anos de 1960 e 1970 (D’INCAO, 2016), 1976 apud GUANAIS, os trabalhadores temporários, também apelidados de volantes”, “boias-frias” eram grupos e etc., formados majoritariamente por trabalhadoras quarenta femininas e homens com mais de anos de idade. Com o passar do tempo, o público masculino jovem passou a tomar o protagonismo para a realização desse trabalho nos canaviais (Santos, 2021, p. 53).

Dessa forma, a alta exigência de produtividade e resistência física, imposta pelo sistema de pagamento por produção, leva as empresas a priorizarem o trabalho masculino, excluindo assim mulheres e pessoas idosas do processo de contratação.

Após analisar os trabalhos selecionados, evidenciou-se que a produção científica sobre o trabalho na agroindústria canavieira sergipana e, particularmente, no município de Laranjeiras, tem privilegiado a discussão das relações de produção, da estrutura fundiária e da exploração do trabalho sob a ótica da luta de classes e da dominação do capital sobre o trabalho, mas raramente aborda de forma central o recorte de gênero como categoria de análise.

Os primeiros trabalhos analisados, como o de Santos (2004), apresentam uma leitura crítica da expansão capitalista e da concentração fundiária no Vale do Cotinguiba, destacando o papel da Usina São José do Pinheiro em Laranjeiras na reconfiguração do espaço agrário e na expropriação dos pequenos produtores. Entretanto, o trabalho feminino aparece apenas de forma indireta, mencionado em depoimentos e sem uma problematização sobre as especificidades de gênero. Shimada (2010), ao discutir o agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe, não menciona a presença de mulheres, tratando o “trabalhador” de forma generalizada, como se a experiência do trabalho fosse igual tanto para homens como para as mulheres, e desvinculada de questões de gênero, raça ou idade.

Em Shimada (2014) o gênero passa a constituir uma categoria de análise, quando a autora discute as desigualdades no setor sucroalcooleiro e evidencia que as mulheres são minoria nas usinas, além de estarem submetidas a funções de menor prestígio e remuneração, como o trabalho de “bituqueira”. Essa abordagem rompe parcialmente com o apagamento anterior, mas ainda se concentra em uma dimensão mais ampla do setor canavieiro sergipano, sem um olhar direcionado para o município de Laranjeiras.

Em Santos e Sá (2018), o trabalho feminino é novamente citado, entretanto, de forma genérica, como um grupo igualmente atingido pela precarização, sem análise das particularidades que estruturam a desigualdade de gênero no campo. O mesmo se observa em Santos (2021), que reconhece a exclusão das mulheres dos canaviais, mas apenas como consequência da lógica produtivista que privilegia a força física masculina, em detrimento do trabalho realizado por mulheres.

Os trabalhos de Andrade (2020) e Cardoso e Shimada (2021) se destacam por romperem com esse padrão. Andrade, ao investigar a presença de mulheres cortadoras de cana, oferece uma contribuição relevante ao centralizar a experiência feminina, revelando a dupla precarização vivida por essas trabalhadoras, tanto pelo tipo de labor exercido quanto pela ausência de reconhecimento social e científico. Já Cardoso e Shimada ampliam a discussão ao articular as dimensões de capital, gênero e trabalho, evidenciando que a precarização no setor canavieiro tem impacto desproporcional sobre as mulheres, e que a inclusão feminina na força de trabalho ocorre em momentos de conveniência econômica, sem romper as estruturas de desigualdade.

Entretanto, é importante ressaltar que nenhum dos trabalhos analisados dedica-se especificamente ao debate do trabalho feminino na agroindústria canavieira de Laranjeiras. Mesmo nas pesquisas que abordam o gênero, o município aparece apenas como parte de um conjunto regional (Vale do Cotinguiba ou Estado de Sergipe). Essa ausência reforça a hipótese central desta pesquisa: as mulheres trabalhadoras da cana-de-açúcar de Laranjeiras permanecem invisíveis na produção científica, tanto na questão empírica (pela escassez de dados e registros sobre sua atuação) quanto na questão teórica (pela ausência do gênero como categoria estruturante da análise).

Em síntese, a análise dos trabalhos permite concluir que, embora haja avanços pontuais acerca da categoria gênero em pesquisas mais recentes, a produção acadêmica sobre o trabalho realizado pelas mulheres na agroindústria canavieira, especialmente de Laranjeiras, é inexistente. Portanto, pode-se dizer que a hipótese desta pesquisa, de que as mulheres trabalhadoras da cana-de-açúcar do município de Laranjeiras são invisibilizadas na produção científica da UFS, foi confirmada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o (não) lugar das mulheres trabalhadoras do setor canavieiro de Laranjeiras-SE nas produções científicas da Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2004 e 2024. A partir do levantamento e da análise qualitativa das produções acadêmicas que tratam da cultura canavieira e das relações de trabalho no município, foi possível constatar a persistente invisibilidade das mulheres canavieiras.

Em linhas gerais, as análises dos trabalhos permitem concluir que, embora haja avanços pontuais acerca da categoria gênero em pesquisas mais recentes, a produção acadêmica sobre o trabalho realizado pelas mulheres na agroindústria canavieira, especialmente de Laranjeiras-SE, é inexistente. Portanto, pode-se dizer que a hipótese desta pesquisa, de que as mulheres trabalhadoras da cana-de-açúcar do município de Laranjeiras são invisibilizadas na produção científica da UFS, foi confirmada, acenando para uma emergente necessidade de ampliação e aprofundamento das investigações sobre a temática.

Mesmo com presença marcante e histórica da mão de obra feminina no setor canavieiro, as mulheres que se encontram no *locus* canavieiro do município de Laranjeiras/SE seguem praticamente invisíveis nas produções acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe, elaboradas entre os anos de 2004 e 2024. Essa ausência revela não apenas um apagamento de experiências, mas também evidencia as contradições do compromisso da universidade diante das populações historicamente marginalizadas em seu próprio território.

Destacamos que, embora Laranjeiras ocupe papel central na história econômica, social e cultural de Sergipe, especialmente como um dos mais importantes polos canavieiros do estado, as mulheres que historicamente sustentaram parte significativa dessa economia - por meio do trabalho produtivo e reprodutivo, seguem ausentes nas narrativas acadêmicas. A ausência de pesquisas que tratem diretamente da inserção feminina no setor canavieiro revela uma lacuna epistemológica e política: o apagamento de sujeitos/as históricos/as que, apesar de sua contribuição material e simbólica, permanecem marginalizados/as nas representações do mundo do trabalho e da produção científica.

A análise dos trabalhos identificados nos repositórios institucionais e bases complementares mostrou que, das sete produções diretamente relacionadas ao setor canavieiro sergipano, apenas duas abordam de forma central a questão de gênero (Andrade, 2020;

Cardoso e Shimada, 2021). As demais pesquisas, mesmo quando mencionam o trabalho feminino, o fazem de forma superficial, sem aprofundar as condições específicas que estruturam as desigualdades de gênero no campo.

De modo geral, observa-se que a figura do “trabalhador” é apresentada de forma genérica e marcada pelo viés masculino, reproduzindo aquilo que autoras da teoria feminista identificam como “androcentrismo da história”, que é a tendência de universalizar a experiência masculina como parâmetro universal, relegando as experiências e contribuições das mulheres a uma posição periférica ou secundária no campo da produção de conhecimento, dessa forma:

A primeira dificuldade que o historiador precisa enfrentar, quando se dedica ao estudo da história das mulheres, decorre do que se pode denominar de “natureza masculina” ou androcentrismo da História, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade (Tedeschi, 2009, p. 45).

Essa invisibilidade não é mero acaso ou simples ausência de dados: trata-se de um reflexo estrutural das hierarquias de gênero e classe que permeiam tanto o espaço produtivo quanto o espaço acadêmico. A universidade, enquanto instituição social e política, reproduz, consciente ou inconscientemente, a lógica de exclusão que marca o mundo do trabalho. O fato das mulheres canavieiras de Laranjeiras não figurarem como sujeitos de pesquisa expressa as contradições do compromisso social no âmbito dos estudos e pesquisas na UFS diante das populações historicamente marginalizadas de seu próprio território.

Os dados levantados e analisados, apresentam considerações de que, apesar de inúmeros grupos de pesquisa existentes na UFS e particularmente, os seis grupos de pesquisa, núcleos de estudos e pesquisas de Pibics na área de Serviço Social e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, verificamos um grande vazio no campo do estudo articulando as categorias: Mulher, Trabalho e Setor Canavieiro, ao que, fortalece a necessidade de que novas questões de pesquisa, recorte do objeto e, ou tema possam emergirem.

Sob a perspectiva teórica de autoras como Silvia Federici (2021) e Heleieth Saffioti (1987), é possível compreender que a invisibilização do trabalho das mulheres está intrinsecamente ligada à divisão sexual e social do trabalho e à lógica de acumulação capitalista originária da assim chamada acumulação primitiva - a acumulação na economia política contemporânea. A filósofa Sílvia Federici demonstra que o capitalismo se apoia na exploração e na desvalorização do trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres, um

processo que se estende do espaço doméstico às plantações de cana-de-açúcar. De outro, Heliete Saffioti evidencia como o patriarcado e o capitalismo se entrelaçam, estruturando a dupla opressão feminina, marcada pela exploração econômica e pela subordinação. Assim, a exclusão das mulheres canavieiras das análises acadêmicas não é apenas um problema epistemológico, mas uma expressão concreta das relações de poder.

Entretanto, os resultados da pesquisa também indicam que, embora ainda persista uma lacuna significativa na produção acadêmica acerca do trabalho das mulheres no setor canavieiro, é possível identificar avanços recentes na incorporação do debate de gênero nas pesquisas que tratam da mulher trabalhadora. Observa-se que, sobretudo nos trabalhos mais recentes, há um movimento, ainda que tímido, de articulação entre gênero, classe e raça, reconhecendo as especificidades da inserção feminina no trabalho rural. Tais avanços, embora insuficientes para superar o histórico de invisibilização das trabalhadoras canavieiras, sinalizam uma ampliação do olhar crítico da profissão e reforçam a necessidade de aprofundar investigações que contribuam para a consolidação do debate de gênero, especialmente no Serviço Social.

Por fim, as ausências aqui identificadas não devem ser vistas apenas como lacunas, mas como convites. Convites à reflexão crítica sobre o papel da Universidade na reprodução ou superação das desigualdades. Convites à construção de uma ciência que reconheça e valorize as mulheres canavieiras não como notas de rodapé da história, mas como protagonistas de suas próprias trajetórias e da história social, política e contra-hegemônica de Sergipe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. P. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe**: Cotinguiaba, 1860-1888. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A feminização da agricultura**: as condições de trabalho das mulheres no labor da cana-de-açúcar. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, v. 77, p. 215-232, 2020

BANESE. **Programa Mão Amiga**: Cultura da Cana de Açúcar 2023. Relatório analítico. Disponível em: <https://egov.banese.com.br/gps/relatorios/beneficiariosListPorSexoPage.jsf>. Acesso em: 16 out. 2024.

BARROSO, Elaine Almeida de Jesus. **A Produção do Conhecimento do Serviço Social**: Para além da academia. São Cristóvão, 2016.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1963. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Dispõe sobre o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. PUC/SE, 2005. Disponível em: <<
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17954/1/Tese%20Jussara%20Bourguignon%20PUC%202005.pdf> >>. Acesso em: julho de 2023.

CARDOSO, Victor de Souza; SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Bota, facão, camisola de dormir: capital, gênero e trabalho no espaço canavieiro de Sergipe, Brasil. Pegada (UNESP), v. 22, p. 85-99, 2021.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Boletim da Safra de Cana-de-Açúcar, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar>. Acesso em: 16 out. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Produção de cana-de-açúcar na safra 2023/24 chega a 713,2 milhões de toneladas, a maior da série histórica. Diário Oficial da União, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5489-producao-de-cana-de-acucar-na-safra-2023-24-chega-a-713-2-milhoes-de-toneladas-a-maior-da-serie-historica>. Acesso em: 16 out. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Brasil deve atingir recorde na produção de açúcar mesmo com redução na produção de cana-de-açúcar na safra 2024/2025. Diário Oficial da União, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5501-brasil-deve-atingir-recorde-na-producao-de-a>

cucar-mesmo-com-reducao-na-producao-de-cana-de-acucar-na-safra-2024-2025. Acesso em: 16 out. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada**: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis – SP. Campinas: [s. n.], 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281955/1/Guanais_JulianaBiondi1985-M.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

INFONET. Trabalho análogo à escravidão: MPT processa usina e empresa em SE. Infonet, Aracaju, 13 out. 2023. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/trabalho-analogo-a-escravidao-mpt-processa-usina-e-e-mpresa-em-se/>. Acesso em: 16 out. 2024.

Harvey, David. (2011). O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo.

Harvey, David. (2008). O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola. Harvey, David. (2004). O novo imperialismo. São Paulo: Loyola.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 1999.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Éden Filipe Santos; PEREIRA, Ana Cláudia. **Açúcar, farinha e escravidão**: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 12, n. 23, p. 13–42, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/9449>. Acesso em: 16 out. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020. Disponível em: << <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf> >> Acesso em: setembro de 2023

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Onze trabalhadores são resgatados em condição análoga à escravidão em Sergipe. 2022. Disponível em: <https://www.prt20.mpt.mp.br/procuradorias/prt-aracaju/988-onze-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-sergipe>. Acesso em: 16 out. 2024.

OXFAM BRASIL. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. São Paulo: Oxfam Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 21 out. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Geovan Hormindo dos. **Município de Laranjeiras, exclusão e exploração: o caso da Usina São José do Pinheiro**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Olivia Irine Reis. **As relações de trabalho nos canaviais**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, Olivia Irine Reis. Trabalho Na Agroindústria Canavieira: bases históricas e estruturais da superexploração da classe trabalhadora em Capela/SE. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS-UFS), em 2025. São Cristóvão-SE.

SANTOS JUNIOR, Jaime. **Na trama das identidades: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO. Radar SIT. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 16 out. 2024.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011. 624 p.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”**. São Cristóvão, 2010.

SHIMADA, Shiziele Oliveira. **Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SILVA, Christiane Pimentel. **O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social**. Serviço Social & Sociedade, p. 34–51, 2019.

SILVA, Nelmiros Ferreira da; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de (orgs.). **Sujeitos coletivos na cena política e as lutas sociais no Brasil contemporâneo**. Aracaju: Criação Editora, 2025. 308 p.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Temas de história de Sergipe II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.

SOUTO, A. S. **Assalariadas nos canaviais**: condições de vida e de trabalho das mulheres nas plantações de cana-de-açúcar em Escada-PE. 1. ed. Recife: Editora Universitária – Universidade Federal de Pernambuco, 2013. v. 100. 134 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 135 p.

SUBRINHO, J. M. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ÚNICA. Brasil: o maior produtor mundial de açúcar. 2023. Disponível em: <https://unica.com.br/setor-sucroenergetico/acucar/>. Acesso em: 16 out. 2024.

VIEIRA, Bruno Vinícius Santos. **Política e poder**: influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano. 2023. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.